

REVISTA
DATAPREV

Resultados

Ano 14 • Nº 15



Uma
**plataforma
social**
para o exercício
da cidadania

Entrevista
Esther Dweck
Ministra da Gestão e da Inovação
em Serviços Públicos

49
DATAPREV
49 ANOS

*Vamos
construir a*
**ESTRATÉGIA DE
GOVERNO DIGITAL**

Contribua com a transformação digital do governo federal!



Acesse a página da EGD e fique por dentro do andamento do projeto e de como participar

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

gov.br





Sumário

CAPA

12

UMA PLATAFORMA SOCIAL

PARA FORTALECER O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

8

ENTREVISTA

Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

26

GESTÃO

A prioridade da **Dataprev** é a Infraestrutura Nacional de Dados, diz **Assumpção**



30

PLANO DE AÇÃO 2024

Planejamento estratégico prevê ciclo de grande transformação

32

ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS

Investir para crescer

35

PRODUTOS E SOLUÇÕES

Área de desenvolvimento expande capacidade de produção

38

INFRAESTRUTURA DE TIC

Contratações multiplicam poder de computação e armazenamento

40

MODERNIZAÇÃO

Estratégias combinadas aceleram desativação do último mainframe

43

TECNOLOGIA E OPERAÇÕES

Modelo de gestão garante atualização contínua

44

POLÍTICA DE DADOS

Um programa para defender a integridade da informação

46

INTERNACIONAL

As empresas de tecnologia, a tensão geopolítica e o futuro brasileiro

48

LINHA DO TEMPO

Soluções que há 49 anos transformam vidas

52

PORTFÓLIO

Tecnologias para políticas públicas



Apresentação

A Dataprev completa 49 anos. Mais do que um novo aniversário, comemoramos a resistência e o fortalecimento da missão institucional da empresa, gestora pública da maior base de dados sociais do país.

Junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a **Dataprev** assume papel central no apoio à transformação digital e à construção da Infraestrutura Nacional de Dados. É uma iniciativa chave para superar os problemas nacionais, para a soberania popular e para a democracia.

Dados íntegros, bases interoperáveis e análises cada vez mais reveladoras do que somos e do que precisamos vão resultar em serviços melhores para as pessoas e na desobstrução do acesso a direitos. O que a abordagem analítica dos dados pretende é um Estado com inteligência, que acerte mais.

Essa é uma diretriz estratégica para a **Dataprev**, que implica novas demandas e coincide, internamente, com um momento importante de reorganização corporativa. A empresa está adotando um modelo híbrido de teletrabalho, retomando a produção colaborativa e presencial, após vencida a crise sanitária que confinou todas as atividades remotas.

A perspectiva é de grande crescimento. Os investimentos para 2024 estão orçados em R\$ 152 milhões, um aumento de 46% em relação a este ano, com iniciativas de modernização e expansão de capa-

idades na infraestrutura física e tecnológica. A empresa também realizou em 2023 um concurso público após sete anos, e atraiu 28,8 mil candidatos, dos quais cerca de 200 devem ser convocados ainda este ano.

As decisões de investimento feitas hoje vão garantir respostas tempestivas no futuro. A Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), com sede em Genebra, importante organização global da área de seguridade social, premiou a **Dataprev** pelo desenvolvimento do Auxílio Emergencial, concluído em apenas seis dias, durante a pandemia. O sistema foi feito em menos de uma semana porque as condições para isso começaram a ser planejadas e criadas décadas antes.

Estamos iniciando um novo ciclo de planejamento estratégico, que propõe resultados associados ao uso das tecnologias para melhorar a vida das pessoas. Isso é uma prioridade para a transformação do Estado no sentido de atender melhor cada brasileiro e brasileira, na sua especificidade e diversidade. E também porque estamos em um país democrático.

Parabéns para todos nós.



Rodrigo Assumpção
Presidente da **Dataprev**

ENTREVISTA
MINISTRA ESTHER DWECK



Governo quer a “transformação do Estado numa direção democrática”

Foto: Edu Andrade/MF

Uma das frentes do governo Lula para promover bem-estar social e combater as desigualdades é a melhoria dos serviços públicos, meta que está estreitamente relacionada às tecnologias digitais. “Nossa missão é fomentar a transformação e inovação do Estado numa direção republicana e democrática”, afirma a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck. Para isso, a **Dataprev** é considerada parceira estratégica e um “trunfo essencial”.

Qual o principal objetivo do MGI?

A criação de um Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) faz parte do projeto do presidente Lula de aumentar as capacidades do Estado e ampliar a entrega de políticas e serviços à população. Nossa missão é fomentar a transformação e inovação do Estado numa direção republicana e democrática, com mais participação social, planejamento e eficiência.

Precisamos superar os obstáculos ao desenvolvimento do país inovando na gestão dos ativos do governo, dos processos, das pessoas, do patrimônio público e das empresas estatais. O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta, em termos de renda. Ademais, o racismo e o sexismo atravessam as relações sociais, delineando uma marcante assimetria de gênero, raça e suas interseccionalidades. Temos, assim, o enorme desafio de enfrentar essas desigualdades estruturais da sociedade brasileira, por meio da transformação do Estado.

O MGI é o aliado de todos os outros ministérios na execução das políticas públicas para melhorar a vida das pessoas e impulsionar o desenvolvimento sustentável e soberano, com ampla participação da sociedade e pleno exercício da cidadania. Traz no nome a centralidade da inovação, sinalizando a intenção de avançar nas tecnologias, no conhecimento e nos talentos, para atualizar a administração pública e entregar a todas as pessoas um acesso equânime, seguro e fácil aos serviços.



A inovação passa pela transversalidade, intersectorialidade e interseccionalidade no ciclo da política pública. Temos atuado para identificar as diferenças e propor canais e formas de serviços públicos digitais e presenciais que atendam às populações em sua diversidade, considerando contexto urbano, rural, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos negros, das mulheres, da população LGBTQIA+ e de outros grupos sociais. Isso envolve evoluir continuamente a relação entre a União, estados e municípios, governo e a sociedade civil, aperfeiçoando os serviços, para que sejam cada vez mais acessíveis. Ferramentas de inovação — ciências comportamentais, linguagem simples, redesenho de processos, metodologias baseadas em design, ciência de dados, entre outras — podem ajudar nessas finalidades.

Pelo aspecto da tecnologia, o MGI é responsável pela coordenação da política de governo digital, pela digitalização e melhoria da qualidade dos serviços. Estamos em um momento crítico na jornada de transformação digital do setor público, e precisamos estar dispostos a inovar e a aprender. Estamos ampliando as parcerias nos três níveis de governo e com o ecossistema de inovação do país, que inclui empresas, academia e movimentos sociais.

Avaliamos as tecnologias emergentes e quais soluções podemos aplicar a problemas reais. A inteligência artificial, e em particular a IA generativa, é um exemplo dessas tecnologias que estão redefinindo o serviço público. O edital “Soluções de Inteligência Artificial para o Poder Público”, uma parceria Finep/MCTI e Enap/MGI, selecionou oito *startups* para desenvolver aplicações em IA para a saúde e agricultura, em um investimento de R\$ 23 milhões. A segunda fase do edital vai escolher soluções para mais 23 desafios, utilizando a plataforma “Desafios.gov.br”, gerenciada pela Enap.

A IA pode ser uma força motriz para a transformação digital, mas precisamos ter a preocupação com a regulação do seu uso para garantir segurança e privacidade. Também é importante avaliar seu impacto na força de trabalho do serviço público e planejar uma transição que não deixe ninguém para trás, com letramento digital para todos os segmentos da população.

Qual o balanço da agenda internacional recente do MGI, grande parte dedicada a temas da transformação digital?

Muito positivo. O Brasil é protagonista na agenda do governo digital e diversos países estão interessados em conhecer nosso trabalho, ou como estruturamos, por exemplo, uma plataforma única como o Gov.br, que atende a mais de 153 milhões de brasileiros, com quase 5 mil serviços digitais. Na ONU, mostramos a importância das infraestruturas públicas digitais e usamos o exemplo da base de dados do CadÚnico, consolidada a partir da experiência de 40 anos nos sistemas da Previdência e que foi determinante para que o Brasil tivesse um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família. Sem essa infraestrutura, não teríamos repassado benefícios de forma emergencial para mais de 68 milhões de brasileiros durante a pandemia da Covid-19.

Ficou claro que podemos colaborar muito na discussão das oportunidades da economia digital. Temos a chance de alavancar essa pauta nos próximos anos, considerando os grandes eventos internacionais que se aproximam, com a liderança brasileira no G20, em 2024, a realização da COP-30 no Brasil, em 2025.

Estamos vivendo a quarta Revolução Industrial. Os países líderes em tecnologia, beneficiários da concentração econômica, estão acelerando os avanços tecnológicos altamente dependentes do conhecimento e da inovação, e alcançando um novo e superior padrão técnico-produtivo. Esse movimento tende a aprofundar as disparidades, dificultando o desenvolvimento equitativo e inclusivo nos países menos desenvolvidos, inclusive no Brasil. Temos que promover a transferência de tecnologia e investir em educação e inovação para buscar uma participação soberana e igualitária na economia global, diminuindo os riscos da exclusão digital. As estatais entram nessa equação como um importante fomentador de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

A **Dataprev**, por exemplo, passou por uma transformação relevante focada no atendimento aos usuários do INSS e dos beneficiários do Bolsa Família, funções que uma empresa privada não teria como desempenhar. Na crise da Covid-19, o Brasil só ►

“Nosso horizonte é ter um país com menores níveis de pobreza e desigualdade, sem fome, com soberania e segurança alimentar”

conseguiu pagar rapidamente o Auxílio Emergencial, porque ainda havia um instrumento associado ao próprio Bolsa Família. Mas não pôde dar uma resposta rápida à necessidade de equipamentos de proteção e respiradores, porque a capacidade industrial para produzi-los havia sido desmontada. É importante termos empresas públicas fortes.

Qual o papel das empresas públicas de TI?

As empresas públicas de tecnologia da informação são guardiãs dos dados das cidadãs e dos cidadãos custodiados pelo Estado brasileiro e apoiam a execução de políticas públicas. A **Dataprev** foi incluída na estrutura do MGI justamente porque o governo entende que a empresa tem atuação estratégica para automação de processos e transformação digital dos serviços públicos. É um trunfo essencial para cumprirmos nossa missão institucional e nosso compromisso com o projeto do presidente Lula e com o país.

Um exemplo importante dessa parceria é o projeto de escalar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para o modelo 'Software como Serviço' (veja a pág. 23). Desenvolvido pelo TRF4 e com suporte do MGI, o SEI é hoje uma solução de processo eletrônico madura utilizada por mais de 140 órgãos da Administração Pública. A **Dataprev** pode atender, com garantias de privacidade, segurança e qualidade, a demanda de hospedagem e suporte do SEI no Executivo Federal e facilitar a transformação digital com adoção do processo eletrônico nos estados, municípios e empresas públicas.

Nós temos a preocupação de garantir sustentação de ambientes seguros de alta performance que atendam às necessidades das pessoas da forma mais adequada e célere, respondendo à demanda crescente por ferramentas digitais. Nessa perspectiva, o governo está buscando potencializar o uso sinérgico de empresas públicas de TI para melhorar a governança, sustentabilidade, privacidade e segurança nos dados e sistemas críticos da Administração Pública.

Estamos construindo uma Infraestrutura Nacional de Dados (IND), que representa um conjunto de

normas, políticas, arquiteturas, padrões, ferramentas tecnológicas, ativos de informação e talentos humanos, visando ao uso inteligente dos dados governamentais.

Nossa preocupação é ter garantias de privacidade e segurança para os ambientes de sustentação de bases de dados e serviços críticos.

Muito importante também é avançar na maturidade das nossas políticas de contratações de TI, para dar mais segurança aos órgãos e empresas. A recém-lançada portaria de contratação de serviços em nuvem é um exemplo nessa direção, assim como as Políticas de Governança e de Interoperabilidade de Dados e o Modelo de Maturidade de Dados, que estão sendo elaboradas pela Secretaria de Governo Digital do MGI.

Qual o significado da Estratégia Nacional de Governo Digital?

A construção da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) está atendendo a duas prioridades do presidente Lula. Por um lado, levar mais serviços de melhor qualidade para a população; por outro, ampliar a participação e a colaboração federativa aproximando o governo federal, dos estados e municípios na implementação de políticas públicas.

A ENGD está sendo construída de forma colaborativa com estados, municípios e sociedade para deixar o Estado mais ágil, transparente e responsivo. Seu objetivo é pactuar grandes linhas estratégicas que permitam que sociedade, setor privado, e setor público, nos variados poderes e esferas, caminhem juntos e com uma direção comum. Após a conclusão da Estratégia Nacional, cada ente federativo terá que fazer a própria estratégia. Queremos caminhar no sentido da integração dos serviços públicos digitais das três esferas da federação.

Especificamente sobre os dados das pessoas com o governo, queremos promover cada vez mais o cruzamento seguro entre os diversos órgãos federais. O ideal é que cada pessoa forneça uma única vez seus dados para qualquer instância de governo. Um exemplo deste tipo de iniciativa é o Conecta Gov.br, que facilita a vida da população, simplifica o serviço público, reduz fraudes e traz segurança e economia para todo o processo. Até o momento, já são 20 APIs disponibilizadas na plataforma, como o CPF, CNPJ, Certidão Negativa de Débitos e CEP. Ao todo, já são 1.666 integrações, sendo 950 serviços integrados, e mais de 680 milhões de transações realizadas nesta plataforma.



Foto: Adalberto Marques/MGI



Um outro exemplo de como o Estado poderá ser ainda mais proativo está na nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Este documento possibilita que diferentes áreas possam atuar de forma integrada para atender às necessidades da população. Isto vai facilitar o acesso aos serviços e regularizar os cadastros administrativos. No futuro, a administração pública será proativa, pois uma das vantagens do uso da carteira é a possibilidade de conectar todo o ciclo de vida das pessoas, acabando com a fragmentação de sistemas e documentos de identificação.

O que seria uma visão futura ideal de Estado e de Brasil?

O Estado do futuro é um Estado que atenda às pessoas. Um Estado que consiga ser reconhecido por cidadãos e cidadãos como um local de prover, melhorar e facilitar a sua vida, reduzir as desigualdades e prestar serviços de qualidade. Queremos que as pessoas possam ter certeza de que vão ter a saúde bem atendida, a educação dos seus filhos bem-feita, que vão ter acesso à segurança e a uma

série de coisas que o Estado é capaz de prover — e que devem ser providas, na nossa visão, pelo Estado.

Nosso projeto é que o Brasil se torne mais desenvolvido, inclusivo e democrático. Um país justo e solidário, que respeita direitos e promove oportunidades para todas as pessoas. Um país soberano, que controla seus recursos naturais e sua política externa contribuindo para a construção de um mundo mais desenvolvido, mais justo e ambientalmente sustentável. Um país que investe na infraestrutura e tecnologia, preparado para contribuir com a transição energética global e para ser competitivo na economia global mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Nosso horizonte é ter um país com menores níveis de pobreza e desigualdade, sem fome, com soberania e segurança alimentar, com educação e saúde públicas de qualidade, igualdade de gênero e raça, com respeito aos povos originários e à população LGBTQIA+ e demais grupos vulneráveis. Nosso mote é um país que cuida, valoriza seu povo e respeita a sua diversidade social. ●

CAPA

Uma
plataforma
social
para fortalecer
o exercício
da cidadania





Assegurar serviços públicos de qualidade durante toda a “jornada de vida” das pessoas, de forma proativa, é a meta da Estratégia de Governo Digital, eixo da transformação tecnológica do Estado brasileiro

O governo federal está construindo uma grande plataforma digital para oferecer serviços e acesso a direitos sociais de forma proativa, de acordo com as necessidades individuais e a fase da vida de cada pessoa. É uma mudança estrutural na atuação do Estado brasileiro, que passa a se antecipar às demandas a partir de análises das bases de dados governamentais — a Infraestrutura Nacional de Dados. O projeto é o coração da Estratégia de Governo Digital (EGD), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que busca a transformação digital como uma alavanca de cidadania, para combater desigualdades e promover melhores condições de vida. As parcerias entre **Dataprev**, Serpro, os diferentes ministérios, entes públicos, cartórios, entre outras instituições, começaram a ser firmadas, e resultados importantes serão entregues no primeiro semestre de 2024.

“Quando concentramos o foco da tecnologia nas pessoas e na melhoria do serviço público, inserimos populações atualmente excluídas de muitas maneiras, e melhoramos a qualidade da nossa democracia”, afirma Rogério Mascarenhas, secretário de Governo Digital (SGD) do MGI. “É uma inversão fundamental de abordagem: em vez de o cidadão buscar o Estado para reclamar seus direitos, o Estado procura o cidadão para oferecer o que ele precisa.”

Segundo o titular da SGD, a chave da plataforma social é a Carteira de Identidade Nacional (CIN), espécie de *token* que assegura uma identificação única em todo o país para o acesso aos serviços e a legitimação das informações. Articulada à CIN, serão integradas as várias bases de dados públicas, de modo que o governo possa acompanhar toda a jornada de vida

da pessoa com os serviços de que ela precisa, eliminando burocracias e procedimentos transacionais.

Todo mundo, ao nascer em uma maternidade, gera uma declaração de “nascido vivo”, documento oficial administrativo, numerado e expedido pelo hospital, e que já entra em uma base do Ministério da Saúde, o Sistema de Informações sobre os Nascidos Vivos (Sinasc), explica Mascarenhas.

Uma vez conectada essa base à plataforma, o registro poderá acionar, por exemplo, uma comunicação à família sugerindo a requisição das licenças maternidade e paternidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cruzando a informação com a base do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), ou, futuramente, gerar uma agenda de vacinação e consultas para o recém-nascido.

Da mesma maneira, os dados das políticas públicas assistenciais são cruciais para as decisões relativas ao Sistema Único de Saúde (SUS), assim como os dados de saúde para a análise do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do INSS, exemplificou o presidente da **Dataprev**, Rodrigo Assumpção, em entrevista nesta edição (pág. 26). “A Infraestrutura Nacional de Dados é fundamental para enfrentar todos os principais desafios do país”, sintetizou.

A plataforma social é um produto interministerial, criado a várias mãos. Está sendo desenvolvida pela **Dataprev** para atender a uma demanda da SGD, envolvendo bases de dados e ferramentas de diferentes órgãos, que são conectados à base da CIN. A Carteira de Identidade Nacional se baseia em dados biométricos e no número do CPF, cuja autenticação está a cargo do Serpro, empresa do Ministério da Fazenda. ►



Já foram emitidas este ano cerca de 2 milhões de novas Carteiras de Identidade Nacionais, por 12 estados, informa Mascarenhas. Espera-se que em quatro anos alcance a totalidade dos brasileiros. A CIN é financiada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a quem os institutos de identificação em cada estado estão ligados; com participação da SGD para adoção do documento como um “habilitador” da agenda da transformação digital; e da Receita Federal, como a fornecedora das informações do CPF.

As outras bases já disponíveis para a plataforma incluem dados dos ministérios da Previdência Social (MPS), no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), e do Trabalho e Emprego (MTE), na Carteira de Trabalho Digital, e no eSocial sob guarda da **Dataprev**. A empresa também opera o Sistema de Registro Civil (Sirc) e está fazendo uma parceria com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), para que os cartórios possam funcionar como um balcão de serviços governamentais e fonte de atualização cadastral. Do Ministério da Saúde vêm os dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

Devido à sua estrutura modular, a plataforma irá adicionando gradualmente novas bases. Por exemplo, já em fase de negociação, vão se somar a ela as informações de assistência social, do CadÚnico, operado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e mais informações da saúde, relativas a prontuários, vacinas etc.

“A partir da identificação do cidadão de forma segura com a CIN, a plataforma social permite que todas as informações preexistentes nessas estruturas de dados (registro civil e informações dos institutos de identificação dos estados, as bases cadastrais de dados biométricos do Renavam, TSE, dos cartórios e dos próprios institutos estaduais, e biográficos, consolidados dessas várias fontes pela **Dataprev**) sejam conectadas”, ressalta o diretor de Relacionamento e Negócios da empresa, Alan Santos: “Começamos com as estruturas de dados que temos atualmente e vamos enriquecendo e qualificando as bases à medida que avança a emissão das novas carteiras de identidade.”

Camada de serviços

A palavra-chave é interoperabilidade, destaca a superintendente de Produtos de Dados e Análise da **Dataprev**, Juliana Ferris de Oliveira. “As bases continuarão sendo alimentadas e geridas pelos entes governamentais que são responsáveis por elas, mas podemos promover a interoperabilidade, com ganhos cruzados para todos, principalmente para o cidadão”, diz. Os benefícios incluem novas aplicações, identificação de populações não atendidas ou demandas para novas políticas, controle de fraudes, e uma simplificação de processos, por meio da automação das análises de dados.

Sobre as bases de dados conectadas, a plataforma se liga então às camadas dos novos serviços, que podem ser prestados pelo governo federal, por um ou vários canais, em parceria com estados e municípios, como acontece no **Comprev** (veja a pág. 22), sistema de Compensação Previdenciária entre o Regime Geral, do INSS, e os regimes próprios, ou, ainda, junto com o setor privado, como no modelo do empréstimo consignado (veja a pág. 34).

Atualmente, o Gov.br já tem 154 milhões de contas, das quais 73,6 milhões delas da classe ouro (49,6 milhões) e prata (24 milhões), de maior grau de segurança e de autorizações, com 90% dos 4.758 serviços federais digitalizados e 267 portais do governo integrados. O passo seguinte para a plataforma social será expandir a adesão à CIN e integrar cada vez mais bases para cruzar informações e conectar aplicativos em camadas de serviços, voltados a apoiar a “jornada de vida”.

Juliana Ferris,
superintendente de
Produtos de Dados e
Análise da **Dataprev**





Rogério Mascarenhas, secretário de Governo Digital (SGD), do MGI. Foto: Washington Costa/MF

Desde o registro civil da certidão de nascimento ao primeiro emprego (e o ingresso na Previdência Social), passando por eventuais demissões (que devem antecipar proativamente a possibilidade de solicitação do seguro-desemprego) ou por afastamentos do trabalho por motivos de saúde (habilitando benefícios do INSS com base na informação da saúde, já inserida na consulta médica ou no hospital), mudança de nome (feita no cartório, mas válida automaticamente para todos os registros), e assim por diante.

Parceria com cartórios

A parceria comercial da **Dataprev** com a Arpen, responsável por 7,5 mil cartórios de registro civil, vai propiciar um conjunto de serviços novos, programados para o ano que vem: monitoramento dos dados de pessoa física, assinatura eletrônica avançada e reconhecimento biométrico dos cidadãos.

Além disso, diz Santos, para facilitar o atendimento às pessoas que não estão familiarizadas com o ambiente digital ou não têm acesso à internet, outro projeto, o Ofício da Cidadania, vai capacitar a rede de cartórios da Arpen, quatro vezes maior do que a do INSS, para operar no balcão as políticas públicas da plataforma social. Eles poderão atualizar cadastros, receber ou emitir documentos e acelerar processos. "Alguém que for registrar um nascimento, já pode pedir o salário-maternidade", explica o diretor.

Com o monitoramento de dados pessoais, a **Dataprev** terá como informar todas as alterações de registro

feita nos cartórios aos responsáveis governamentais pelas bases sociais. Qualquer mudança de nome, informação sobre casamento, óbito, ou de outra natureza, é imediatamente repassada aos cadastros da plataforma (CadÚnico, CNIS, etc.).

A novidade neste caso é a separação por base de dados das mudanças que eram informadas no atacado. No processo em vigor desde 2016, o cartório envia as ocorrências para a **Dataprev** por meio do Sistema de Informações do Registro Civil (Sirc) e elas são compartilhadas com os mais de 50 órgãos de governo autorizados, para que localizem, no conjunto das alterações, aquelas referentes às pessoas que estão no seu cadastro, um trabalho muitas vezes complexo.

Um piloto desse serviço de filtragem dos dados está em andamento com a Carteira de Identidade Nacional. "Monitoramos essa base e, quando há alguma atualização, avisamos o órgão emissor da CIN no estado", descreve Santos.

Também em colaboração com os cartórios, a empresa vai oferecer assinatura eletrônica acoplada a certificado digital e validação biométrica, com valor jurídico para assinar contratos, transferir bens etc. A **Dataprev** aumenta a consistência dos registros biográficos e cadastrais para os cartórios, e, em contrapartida, poderá oferecer, em conjunto com a Arpen, a tecnologia de assinatura no padrão do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), que une todos os serviços notariais do país. ►

Alan Santos, diretor de Relacionamento e Negócios da **Dataprev**.
Foto: Wenderson Araújo



Santos explica que o servidor responsável pelo sistema de assinatura vai rodar em um posto avançado de nuvem interna da Amazon Web Services (*outpost* AWS), dentro do ambiente da **Dataprev**, no seu Data Center São Paulo, onde foi instalado em outubro.

A concepção da colaboração com os cartórios tem a participação do INSS, gestor do CNIS. De acordo com Santos, os serviços devem ajudar a acelerar a concessão de benefícios previdenciários — pela capilaridade e pela possibilidade de corrigir informações nos balcões da rede física dos cartórios. “Tudo que desonera o atendimento nas Agências da Previdência Social contribui para diminuir as filas, especialmente a qualificação dos dados, que se reflete no aumento de processos que podem ser resolvidos de forma automática, atualmente cerca de 40% dos 1 milhão de pedidos que o INSS recebe por mês.”

“O papel da tecnologia é indispensável para avançarmos”, diz presidente do INSS

Para o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, a tecnologia contribui não só para promover mais agilidade, como para aprimorar o serviço ao cidadão, com uso de aplicativos e ferramentas acessíveis à população. Um dos desafios é a redução da fila de concessão de benefícios previdenciários.

“O papel da tecnologia é indispensável para avançarmos. A redução da fila só é possível por conta da tecnologia, seja na automação ou na sustentação de nossas atividades”, ressalta Stefanutto, que define como principal missão do órgão nesta gestão a humanização das relações com seus servidores e a sociedade, de maneira que os sistemas e a forma de trabalho priorizem os segurados brasileiros.

Nesse contexto, o presidente do INSS acredita que projetos como o Ofício da Cidadania — que permitirá aos cartórios operarem serviços de governo, receber pedidos de benefícios e documentação — possibilitará mais agilidade ao reconhecimento de direitos.

Atualmente, o Reconhecimento Automático de Direitos é feito com base nos registros de vínculos, remunerações e contribuições disponíveis no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), hospedado nos data centers da **Dataprev**, onde estão reunidas 42 bilhões de informações cadastrais e laborais do cidadão.

Além de ser responsável pela guarda e gestão da maior base de dados sociais do país, a empresa desenvolve, implanta e mantém em operação aplicações e bases de dados usadas para a concessão de benefícios. Os sistemas apoiam requerimentos, consulta a informações de segurados e o processamento mensal da folha de pagamento dos benefícios do INSS. São 900 mil requerimentos de reconhecimento inicial de benefícios processados por mês, em média, e 5,2 milhões de benefícios concedidos por ano.

“Para os próximos anos, esperamos aprofundar mais ainda a relação com a **Dataprev**, com maior troca de experiências e novas tecnologias”, finaliza Stefanutto.

Inclusão dos invisíveis

Outro resultado disponível a partir da integração tecnológica (neste caso, entre a base da perícia médica e a da Previdência) e da abordagem analítica, é a nova regra (Portaria Conjunta MPS/INSS nº38), publicada em julho, referente à Perícia Médica Federal para concessão do Benefício por Incapacidade Temporária (antigo auxílio-doença).

Antes da mudança, o trabalhador precisava marcar consulta presencial com um perito do INSS, que iria examiná-lo para confirmar ou não a indicação de afastamento já feita por um médico. Agora, observa Juliana Ferris, há a opção de essa avaliação acontecer por meio de análise de dados (Atestmed), ou de documento — o atestado médico inserido nos canais remotos e online de autoatendimento, no Meu INSS, integrado ao Gov.br. E a pessoa não precisa mais passar por duas consultas médicas.

A interoperabilidade das bases na plataforma também vai ajudar a tirar da invisibilidade populações que ainda não têm acesso a direitos sociais e serviços públicos essenciais, argumenta a superintendente de Produtos de Dados e Análises. Os cruzamentos de dados produzirão subsídios para a elaboração de políticas públicas direcionadas a pessoas que estão na informalidade, como pequenos agricultores, pescadores, qualquer um que possa fazer alguma contribuição previdenciária individual (MEI, por exemplo).

“Ao nascer em uma maternidade, o cidadão entra na base da Saúde, logo, do Estado”, diz Juliana. “Ainda que tenha nascido em casa, quando esse recém-nascido for ao posto de saúde para consulta ou pegar um remédio, ou ao cartório, para ser registrado, será identificado dentro do ecossistema dos direitos, para toda a vida. Vamos preenchendo as lacunas e construindo uma visão muito mais qualificada do país.”

Fortalecer as infraestruturas digitais públicas e os dados dos cidadãos é “parte de uma noção ampla de soberania digital”, aponta o professor de Estudos Críticos de Plataformas da Universidade de Toronto, Rafael Grohmann. Ele tem estudado experiências bem-sucedidas de cooperativismo de plataforma, em iniciativas lideradas por trabalhadores, comunidades ou movimentos da sociedade civil.

“Todos os países hoje estão vendo como o Estado pode se proteger; mas, mais do que numa postura reativa, buscando devolver uma noção de soberania popular e nacional para a classe trabalhadora, em termos de autonomia e soberania tecnológica de um ponto de vista amplo”, diz. “Isso só vai acontecer diversificando as plataformas e tecnologias que temos, apostando fortemente na construção de infraestruturas digitais que sejam públicas, que considerem o papel de centros de dados, como o da própria **Dataprev**, para construção de tecnologias. Não só do ponto de vista do software, mas em que o dado seja central na garantia de infraestruturas digitais públicas. Isso é parte de uma noção ampla de soberania digital.” ●

Direitos trabalhistas e novas funcionalidades na palma da mão

Com uma média de 60 milhões de visitas mensais, a Carteira de Trabalho Digital — desenvolvida pela **Dataprev** para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — reúne todas as informações da carteira física e pode ser gerada apenas com o CPF, facilitando o acesso do cidadão ao seu histórico profissional, contratos de trabalho e direitos trabalhistas. Substituiu desde 2019 o documento em papel e já conta com mais de 71 milhões de usuários e 30 serviços disponíveis ao cidadão, com mais de 300 milhões de acessos contabilizados só em 2023. Exemplo de como a transformação digital pode contribuir para o avanço de políticas voltadas aos trabalhadores, a solução e os serviços nela disponíveis vêm ganhando novas funcionalidades, no contexto de evolução das plataformas que operam o Sistema Nacional de Emprego (SINE).

“O tema empregabilidade foi implementado na Carteira de Trabalho Digital. A partir de outubro, todos os trabalhadores que estiverem participando de um processo de intermediação de mão de obra iniciado na rede SINE (presencial ou pelo Portal Emprega Brasil), poderão acompanhar e realizar todas as ações do processo na CTPS Digital, nesta primeira versão da solução”, explica Magno Lavigne, secretário de Fomento à Geração de Emprego e Renda do MTE.

Para o secretário de Proteção ao Trabalhador, Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, a CTPS Digital presta um importante papel de informação ao cidadão ao reunir as principais políticas do Ministério do Trabalho e Emprego:

“Além do avanço nas informações de benefícios seguro-desemprego e abono salarial, a incorporação dos serviços de orientação e intermediação de mão de obra no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital possibilitará ao cidadão a procura de vagas de emprego disponíveis, auxiliando a sua recolocação no mercado de trabalho”, explica o secretário. “Estão planejadas ainda a inclusão do Cartão de Registro Profissional de 15 categorias profissionais, além de melhorias na apresentação de vínculos empregatícios e inclusão de dados do eSocial”.

Ao criar uma entrada única para informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, o eSocial contribuiu para simplificar procedimentos para empregadores e promover maior segurança de informações para os trabalhadores, como explica a subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, Paula Montagner. As estratégias para tratamento dessas informações têm como objetivo ampliar ainda mais a qualidade dos registros, um aspecto importante para garantir maior conhecimento dos diferentes tipos de contratos de trabalho no mercado de trabalho.

“A base de informações, que está em fase de desenvolvimento com a **Dataprev**, nos permitirá em futuro próximo dados mais completos para a conjuntura, apontando os empregados formais mantidos no emprego e aqueles que passaram por mudança de ocupante. Vai nos permitir ainda disponibilizar novas estatísticas de salários, de jornadas de trabalho, de outras formas de trabalho formal, como os trabalhadores que atuam em cooperativas, e trabalhadores contratados por autônomos e por pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas”, finaliza.

Dados qualificados para melhor conhecer e beneficiar a população

Integração do Cadastro Único com CNIS contribui para garantir informação precisa e atualizada de famílias assistidas por programas sociais

Grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil, o Cadastro Único é usado atualmente por 35 programas sociais federais para a seleção de beneficiários, além de dezenas de programas estaduais e municipais. Segundo a secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Letícia Bartholo, um dos principais desafios é manter uma base qualificada e integrada a outros registros do Governo Federal, garantindo informação precisa e atualizada da população que necessita de tais benefícios. Nesse sentido, um dos projetos em curso é a integração com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), gerido e mantido pela **Dataprev**.

“A integração do CNIS tem fundamental importância, pois atualiza automaticamente as informações de renda per capita familiar, a partir dos registros de trabalho formal e recebimento de benefícios pagos

pelo INSS. É um processo de qualificação dos dados do Cadastro Único, sem ônus para as famílias e para a rede de atendimento municipal, permitindo que os dados cadastrais reflitam a realidade do perfil familiar. A integração garante melhor foco dos programas sociais, com atualização e identificação contínuas das famílias que realmente necessitam dos benefícios. Para as pessoas inscritas no Cadastro Único, a integração permite a redução do número de idas presenciais aos postos de cadastramento, uma vez que a atualização de renda está sendo feita automaticamente para os cidadãos que cumprirem os requisitos de elegibilidade aos programas sociais”, ressalta a secretária.

Atualmente, o Bolsa Família é o programa que possui a maior abrangência no Cadastro Único. Em outubro de 2023, chegou a mais de 21,4 milhões de lares, em todas as regiões do país. O número corresponde a um investimento de R\$ 14,6 bilhões do Governo Federal na melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda. O segundo maior programa social no Cadastro Único é a Tarifa Social de Energia Elétrica, seguida pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os programas Auxílio Gás e Minha Casa, Minha Vida também utilizam as informações fornecidas no Cadastro Único para selecionar as famílias beneficiárias.

Segundo Letícia, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) segue trabalhando em novos projetos de integração com outras bases de dados, com o objetivo de aprimorar o processo de coleta de informações e garantir dados ainda mais qualificados. O uso da tecnologia contribui ainda para controle de fraudes e uma gestão mais precisa dos benefícios.

“A integração dos registros administrativos ao Cadastro Único assegura a correção de informações inconsistentes ou desatualizadas. Conseqüentemente, as concessões indevidas de benefícios sociais são minimizadas”, finaliza.



Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS, Letícia Bartholo. Foto: Lula Marques/ Agência Brasil.

GT da Saúde vai criar um Índice Nacional de Transformação Digital do SUS

Ana Estela Haddad, secretária de Informação e Saúde Digital. Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Um grupo de trabalho da Secretaria de Informação e Saúde Digital (Seidigi) está desenvolvendo o Índice Nacional de Transformação Digital no SUS, informa a titular da secretaria, Ana Estela Haddad. O índice se baseia em indicadores existentes no Brasil e no exterior, em uma combinação desenhada para atender melhor às necessidades da política que está sendo planejada no Programa SUS Digital Brasil.

A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) é a plataforma de interoperabilidade do Ministério da Saúde para promover a transformação digital do SUS, um dos principais objetivos da Seidigi. Segundo Ana Estela, o propósito é tratar, enriquecer, disponibilizar e consumir os dados dos inúmeros sistemas de informação criados e alimentados ao longo de 35 anos de existência do Departamento de Informação e Informática em Saúde (Datusus).

As tecnologias se aplicam a praticamente todas as áreas da saúde, mas a ênfase, na secretária, é fazê-las trabalharem a favor das necessidades das pessoas. “É importante mapear a jornada do usuário, entender os gargalos no fluxo dos pacientes, as fragilidades da rede de atenção à saúde e então planejar e desenhar a solução integrada de telessaúde que se complementa com o atendimento presencial, ampliando o acesso, favorecendo a continuidade do cuidado, reduzindo deslocamentos e custos”, ressalta a secretária.

O uso dos dados, diz ela, permite orientar políticas públicas, aperfeiçoar o atendimento clínico, orientar tomadas de decisão, pesquisa, fazer vigilância e predição. Também promove a transparência ativa, os painéis de indicadores de monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde e os avanços na implementação da telessaúde e de outras tecnologias digitais emergentes no processo de cuidado em saúde. Nesse sentido, a ação da Seidigi inclui um programa de formação e educação permanente para o letramento digital e formação de especialistas no



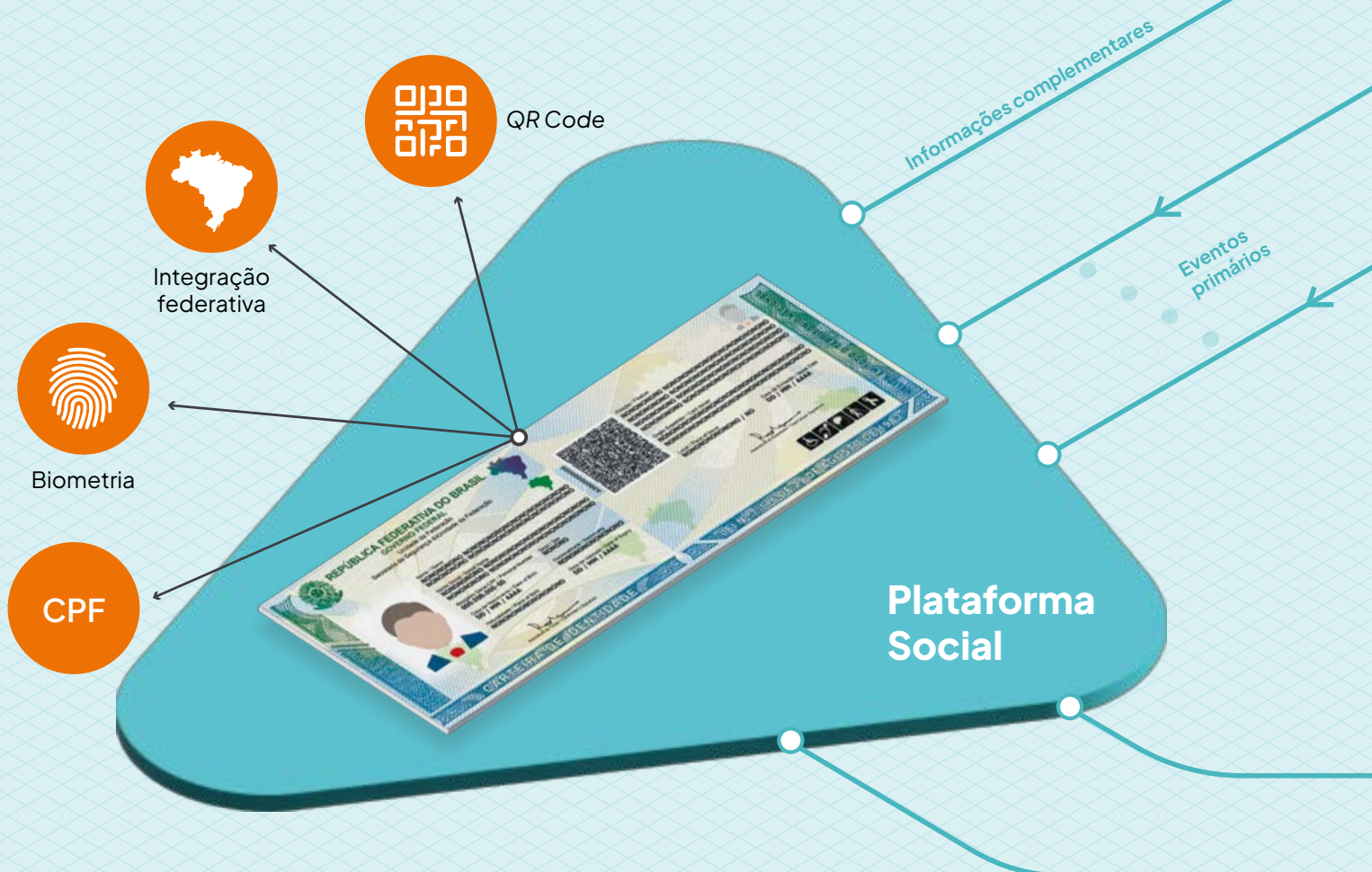
campo da saúde digital, bem como para garantir a proteção de dados pessoais de saúde considerados sensíveis, atendendo à LGPD, e ter um plano de governança de dados e regular o uso ético, crítico, supervisionado da inteligência artificial aplicada à saúde.

No Brasil, a telessaúde já chegou em muitas localidades remotas e isoladas, tem a participação de universidades públicas em interação com secretarias estaduais e municipais de Saúde. “Estudos comprovam que a troca de opiniões entre os profissionais, sejam médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e demais profissionais de saúde e equipes de saúde, qualifica o atendimento, fortalece a continuidade do cuidado”, afirma Ana Estela. “A segunda opinião por meio da teleinterconsulta mostra que, a cada dois atendimentos, evita-se um encaminhamento para outro serviço. Em mais de 60% dos casos, em média, deixa-se de encaminhar pacientes para outros serviços e níveis de atenção.”

Jornada de vida do cidadão

A plataforma social é um produto interministerial, criado a várias mãos. Está sendo desenvolvida pela **Dataprev** para atender a uma demanda da SGD, envolvendo bases de dados e ferramentas de diferentes órgãos. A habilitadora para os serviços e para envio de informações é a Carteira de Identidade Nacional (CIN), documento único de identificação de todos os brasileiros, conforme a Lei nº 14.534/23, que determinou o uso do CPF como chave primária do registro único no país.

A CIN facilita o login no Gov.br, onde estão cerca de 5 mil serviços públicos digitais (que representam 90% do total de serviços federais de 267 portais), e a base biométrica do Tribunal Superior Eleitoral, que aumenta o grau de segurança dos usuários (assinaturas Ouro). Sobre essa plataforma, estão sendo conectadas as bases dos vários cadastros federais de diferentes órgãos. Confira algumas das bases e alguns de seus respectivos serviços que já interoperam na plataforma social.



1

O Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), válido para efeito de concessão de benefícios previdenciários (aposentadoria, pensões, auxílios temporários, etc.).

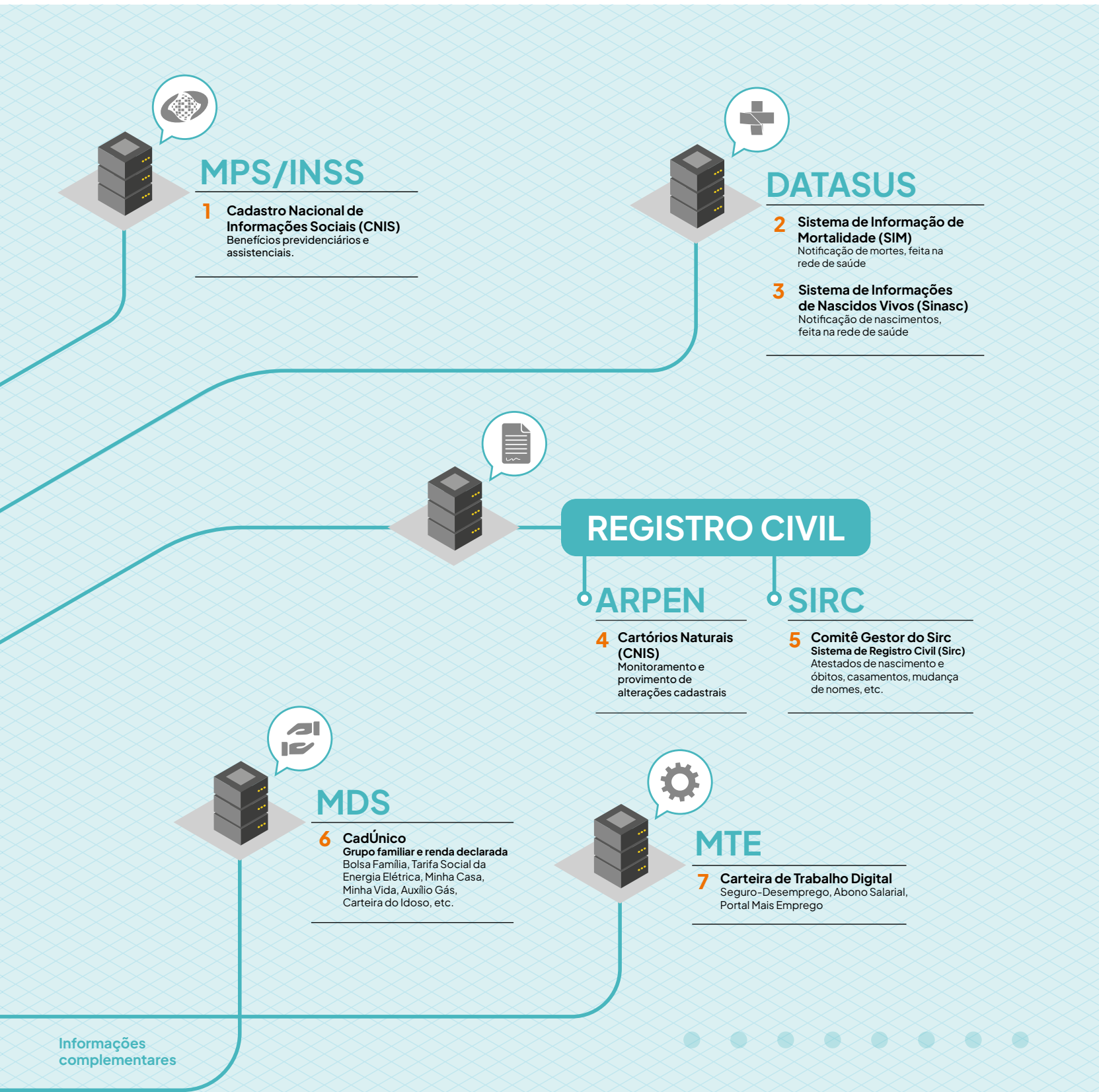
2

3

Datasus, com o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, conectado à plataforma.

4

Rede de 7,5 mil cartórios associados à **Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio (Arpen)** que, mediante acordo com a Dataprev, vai informar alterações cadastrais às bases integrantes da plataforma.



MPS/INSS

- 1 Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)**
Benefícios previdenciários e assistenciais.

DATASUS

- 2 Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)**
Notificação de mortes, feita na rede de saúde
- 3 Sistema de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc)**
Notificação de nascimentos, feita na rede de saúde

REGISTRO CIVIL

ARPEN

- 4 Cartórios Naturais (CNIS)**
Monitoramento e provimento de alterações cadastrais

SIRC

- 5 Comitê Gestor do Sirc Sistema de Registro Civil (Sirc)**
Atestados de nascimento e óbitos, casamentos, mudança de nomes, etc.

MDS

- 6 CadÚnico**
Grupo familiar e renda declarada
Bolsa Família, Tarifa Social da Energia Elétrica, Minha Casa, Minha Vida, Auxílio Gás, Carteira do Idoso, etc.

MTE

- 7 Carteira de Trabalho Digital**
Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Portal Mais Emprego

Informações complementares

5

Sistema de Registro Civil (Sirc), desenvolvido pela Dataprev e gerido pelo Comitê Gestor do Sirc, formado por vários ministérios e entidades públicas, responsável pelas certidões de nascimento e óbitos, casamentos, mudança de nomes, etc.

6

CadÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com os dados das pessoas elegíveis a programas de assistência social, como o Bolsa Família, Tarifa Social da Energia Elétrica, Minha Casa, Minha Vida, Auxílio Gás, Carteira do Idoso, etc., conectado à plataforma.

7

A **Carteira de Trabalho Digital**, app criado pela Dataprev, do **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**, para solicitação de Seguro-Desemprego, Abono Salarial, consulta ao Portal Mais Emprego e dados sobre relações de trabalho.

Estratégia Nacional de Governo Digital quer agregar estados e municípios

É possível conectar benefícios regionais às APIs das plataformas federais, como no sistema de Compensação Previdenciária (Comprev). Uma plataforma de benefícios assistenciais também está em fase de projeto

A construção coletiva da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD), sob coordenação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), promove, desde o início deste ano, articulações entre estados e municípios para que o acesso a políticas públicas e serviços por meio de plataformas integradas vá além do âmbito federal. “O nosso foco é o cidadão, que vive num bairro, numa cidade e num estado, e precisa de serviços das três instâncias”, afirma o secretário de Governo Digital do MGI, Rogério Mascarenhas.

O trabalho para disseminação da ENGD inclui oficinas regionais, capacitações presenciais e a distância, parcerias operacionais, suporte técnico, linhas de financiamento e oferta de recursos tecnológicos para apoiar no país a transformação digital.

Entre as soluções que estados e municípios podem adotar destaca-se o próprio Gov.br, canal que permite autenticar e dar acesso aos cidadãos aos serviços com segurança. Também estão disponíveis um sistema de compras (compras.gov), um portal de licitações (obras.gov) e, bem relevante, o Sistema Eletrônico Informações (SEI), de gestão de documentos, que a **Dataprev** passará a oferecer como serviço (veja ao lado).

A empresa também é responsável pelo Comprev, desenvolvido para fazer a compensação entre o Regime Geral e os Regimes Próprios da Previdência Social, e se prepara para criar uma plataforma voltada a benefícios assistenciais. Baseada no CadÚnico, poderá habilitar programas implementados por estados e municípios para pagamento de benefícios.

Funcionalidades estaduais e municipais

A flexibilidade do modelo de plataforma digital permite que estados e municípios desenvolvam funcionalidades adequadas às suas peculiaridades, mas utilizem os recursos de autenticação, elegibilidade e cadastro, entre outros, da plataforma federal que está ligada à Infraestrutura Nacional de Dados.

No caso do Comprev, todos os entes da federação que possuem algum regime previdenciário se conectam ao INSS para gerar, de forma automática, os cálculos dos valores pagos nos diferentes regimes pelo contribuinte e com quanto cada ente deve participar no total final da aposentadoria. Atualmente, são mais de 2 mil integrantes na plataforma, entre estados e municípios que têm regimes próprios.

Todos podem utilizar as APIs (sigla em inglês para interface de programação de aplicações) do Comprev para criar seus próprios aplicativos, conectados às funcionalidades desenvolvidas pela **Dataprev**. Uma das APIs permite a emissão automática de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), que atesta os períodos de trabalho nos diferentes regimes, aberta a parceiros.

“Existem benefícios que são federais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, mas existem outros, como os da Lei Adir Blanc (a Lei nº 14.017, de financiamento à cultura), que operam a partir de realidades locais”, explica o diretor de Produtos e Soluções da **Dataprev**, Flavio Ronison. Foi o caso dos auxílios emergenciais na crise sanitária que tinham natureza



SEI: sistema de gestão de documentos disponível como serviço

A **Dataprev** vai passar a oferecer na modalidade Plataforma como Serviço (PaaS) o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta de gestão de documentos utilizada no governo federal. Atualmente, os usuários precisam baixar, implantar e fazer eles próprios a administração de sua cópia do aplicativo. Na nova modalidade, basta que o acessem para usá-lo.

A expectativa é que, no primeiro ano, cerca de 30 órgãos passem a adotar a solução, entre governos estaduais e municipais e empresas públicas, avalia o diretor de Relacionamento e Negócios da **Dataprev**, Alan Santos. Já utilizam o SEI 140 instituições, como o INSS, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), entre outros. O SEI foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que, mediante acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), autorizou oferta no modelo como serviço.

estadual, do Rio Grande e do Rio de Janeiro, e que a **Dataprev** ajudou a habilitar.

Com a nova plataforma de benefícios assistenciais, em fase de planejamento entre a **Dataprev** e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a estrutura modular permitirá atender a situações localizadas, como inundações, secas, políticas dirigidas a apenas alguns bairros ou cidades e que precisem da verificação e da aplicação das regras definidas por órgãos estaduais ou municipais. Por meio da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e dos serviços da plataforma social, a **Dataprev** poderá informar se a pessoa tem emprego, se recebe aposentadoria, ganha menos do que dois Salários Mínimos, está inscrita no Bolsa-Família etc. E tem condições de enviar a ordem de pagamento para os bancos e monitorar o programa que o estado ou a prefeitura queira executar, de acordo com os elementos que pretenda habilitar.

Expansão da rede

A ENGD deve entrar em consulta pública em novembro deste ano e sua implantação está prevista para 2024 a 2027. No primeiro ano, a expectativa é que haja um aumento de 50% no orçamento federal do projeto para atendimento a estados e municípios, totalizando R\$ 300 milhões, informa Mascarenhas.

No país, 44% dos estados têm uma Estratégia de Governo Digital publicada, segundo dados de 2023 da Associação Brasileira de Entidades Estaduais

de TIC (Abep-TI), e 28% dos municípios têm planos formalizados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), segundo a Pesquisa TIC de Governo Eletrônico (Cetic-BR), de 2021.

Já aderiram ao Gov.br, 27 estados e 512 municípios, dos quais 20 capitais, num total equivalente a 78,8 milhões de habitantes ou 37,5% do total da população brasileira. De acordo com Mascarenhas, um dos aspectos mais relevantes da ENGD está no próprio processo de elaboração das suas diretrizes. “É um trabalho intenso de escuta, para entender as demandas e especificidades regionais.”

A Estratégia Nacional de Governo Digital está prevista na Lei nº 14.129, como documento que consolida recomendações de governo digital para todos os entes federados, em todas as esferas de governo. Coordenada pelo MGI, envolve ainda o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), a Enap e a Controladoria Geral da União (CGU). O Decreto nº 11.260/2022 define o processo de elaboração e período de vigência do documento. ●

CAPA

Por um futuro digital e inclusivo

Para o secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, do MGI, Francisco Gaetani, as tecnologias digitais impactam todas as políticas públicas.

À frente da Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o economista Francisco Gaetani acredita em um futuro verde, digital e inclusivo para o Brasil, em que as novas tecnologias impactam, em maior ou menor escala, todas as políticas públicas, da agenda climática à promoção da inclusão de populações mais desassistidas. Na entrevista a seguir, ele aborda os caminhos e desafios para essa transformação e sublinha o protagonismo da **Dataprev** na construção de plataformas públicas digitais. Um percurso que inclui ainda a capacitação de servidores públicos e a inclusão digital da população, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços públicos por meio da tecnologia.

Quais as ações mais relevantes do governo para a transformação digital do Estado?

A transformação do Estado tem como um dos seus principais vetores a transformação digital. Os ganhos de produtividade proporcionam um maior e melhor acesso dos cidadãos aos serviços públicos, liberam recursos para serem alocados em outras prioridades e melhoram o desempenho da entrega dos serviços públicos.

Quais as prioridades na modernização dos serviços públicos? E como a Dataprev pode contribuir para essa modernização?

Estamos diante de um triplo desafio. O primeiro é reconstruir o que foi destruído nos últimos anos, em especial nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e combate à pobreza. O segundo é fazer melhor o que vinha se desenhando até uns anos atrás, como nas áreas de integração das políticas sociais e na implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo pautado por valores solidários. O terceiro é formular e implementar novas políticas como nas áreas de gênero e raça, capazes de, em curto espaço de tempo, produzir mudanças substantivas que incidam sobre a realidade brasileira.

A **Dataprev** é uma empresa estatal que terá papel de protagonismo na construção de plataformas públicas digitais para dar suporte à implementação de um significativo conjunto de políticas públicas, como a implementação do Cadastro Ambiental Rural, recentemente alocado no MGI.

Em termos de maturidade em governo digital, como o Brasil está posicionado com relação aos demais países?

O Brasil tem se destacado nos rankings internacionais de governo digital, em boa medida pelos avanços na área de governo digital. A continuidade de uma boa parcela da equipe à frente desta agenda no decorrer de quatro presidentes tem propiciado um aprendizado cumulativo e o estabelecimento de um processo de inovação contínua, graças à consistência no tempo dos esforços desenvolvidos.



Essa transformação digital no governo se relaciona com as outras agendas importantes de governo — como a transição energética e ecológica?

A transformação digital no governo impacta, em maior ou menor escala, todas as políticas públicas. O futuro é verde, digital e inclusivo, porém, o vetor digital potencializa os outros dois, como na agenda de mudança climática, no combate ao desmatamento, na ampliação da rede social de apoio aos grupos mais pobres e na promoção da inclusão das populações mais desassistidas. A **Dataprev** é uma das principais alavancas para a promoção da Transformação Digital de forma sistêmica na Administração Pública Federal e no impulso à melhoria da cooperação federativa, considerando o fato de que a maior parte das políticas públicas do país são intergovernamentais.

Em que medida as tecnologias podem combater desigualdades ou podem agravá-las?

A escalabilidade proporcionada pelas novas tecnologias permite ao governo promover iniciativas com um alcance inédito e assegurar o acesso aos serviços públicos por parte de quem mais precisa deles. Porém, se a disseminação não ocorrer de forma a permitir que toda a população usufrua das novas tecnologias digitais — através de acesso a equipamentos, redes e serviços — o universo das possibilidades decorrente da conectividade será cerceado e restrito a segmentos privilegiados.

Há ações de capacitação previstas para atualizar os servidores públicos para uso das novas tecnologias?

O fortalecimento das capacidades digitais da força de trabalho são fundamentais para o funcionamento

do governo e para o impulso das transformações que se pretende implementar. Isto inclui fortalecer os profissionais que trabalham com tecnologia na administração pública federal e buscar formas de capacitação massiva dos servidores públicos, em especial do contingente acima de 40 anos. A Enap (Escola Nacional de Administração Pública) tem um portfólio de cursos na área que tem se expandido continuamente para fazer frente às necessidades do governo.

É possível pensar em ações em parceria com outros países?

Sim. Estão sendo analisadas possibilidades de parceria com Reino Unido, Portugal, Noruega, União Europeia e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a CAF (banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de fóruns como o G-20 (fórum de cooperação econômica internacional, composto por 19 países e a União Europeia).

Que visão de Estado para o cidadão o senhor projeta para o futuro?

Um Estado republicano, democrático e orientado para servir as pessoas em primeiro lugar. Isto significa também um Estado transparente, focado no atendimento das necessidades prioritárias das populações mais necessitadas, com acesso simples para que todos os cidadãos possam fazer uso de seus direitos de forma rápida e a baixos custos de transação. Será um Estado mais digital, porém com servidores públicos com formação mais complexa e focada em atribuições que a tecnologia tem mais dificuldades em desempenhar. ●

Foto: Ana Carolina Fernandes/MGI

A prioridade da Dataprev é a Infraestrutura Nacional de Dados, diz Assumpção

O presidente da empresa reassumiu com a meta de qualificar e conectar as bases de informações sociais de governo, para poder apoiar a oferta de serviços públicos melhores e com prazos de desenvolvimento cada vez mais curtos

O presidente da **Dataprev**, Rodrigo Assumpção, assumiu em abril de 2023 para um novo mandato à frente da empresa, que já presidiu de 2008 a 2017. Um período que assistiu a uma grande transformação, que resultou em um aumento de eficiência em serviços e uma nova imagem da instituição, com inovações reconhecidas nacional e internacionalmente.

Agora, sua prioridade é apoiar a construção da Infraestrutura Nacional de Dados, fundamental para a oferta de serviços públicos cada vez com mais qualidade e abrangência.

A infraestrutura de dados é a camada mais importante, diz o executivo, para o país enfrentar suas necessidades — “seja uma pandemia ou emergência climática, seja a redução do custo Brasil, o barateamento dos negócios, a economia de tempo e recurso para toda a sociedade, seja entre empresas e governos, entre cidadãos...”

Rodrigo Assumpção foi consultor especializado em gestão de TIC e modernização digital junto a organismos internacionais como o Banco Mundial e a Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), ocupou o cargo de secretário-adjunto de Logística e Tecnologia da Informação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e coordenou a área de Governo Eletrônico da Prefeitura de Santo André (SP).

Mais recentemente, atuava como especialista em Sistemas de Informação de Gestão da Proteção Social na Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas, de onde saiu para reassumir na **Dataprev**, agora vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Nesta entrevista, Rodrigo Assumpção aborda os objetivos e desafios mais amplos da nova gestão.

Foto: Wenderson Araújo



Vamos começar com a ideia geral desta nova gestão da Dataprev. Há uma maneira de resumir seus objetivos?

O foco principal é expandir o enraizamento da **Dataprev** no governo: novos clientes que sejam responsáveis por grandes bases de dados da área social, para que isso possibilite à empresa atividades importantes, como ajudar na construção da Infraestrutura Nacional de Dados, que está sendo liderada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Quando vamos conversar com os responsáveis pelo Datasus, não temos em vista só um novo cliente; é a possibilidade de proteger, abrigar e utilizar os dados da saúde em serviços para toda a população. Cada cruzamento de base tem um efeito exponencial de rede que aumenta o uso qualificado dos dados, gera novas políticas públicas, novos patamares de gestão e um conhecimento aprimorado da sociedade.

Aprimorando governança e cidadania digitais...

Sim, a **Dataprev** colabora com esse avanço, consolidando as peças dessa enorme infraestrutura. A infraestrutura de dados é o ativo mais importante do século XXI para qualquer governo, qualquer sociedade. Nada é mais importante hoje para a administração eficiente de um país. No mundo, o Brasil foi o que conseguiu pagar mais rapidamente o Auxílio Emergencial durante a crise sanitária da Covid-19: em apenas seis dias. Mas, para desenvolvermos esse aplicativo que permitiu o pagamento em menos de uma semana, trabalhamos 40 anos. São camadas e camadas de aperfeiçoamentos que nos preparam para agir no momento da necessidade. ►

Agora, temos a questão das secas na região Norte, em Manaus.

Sim, recentemente nos voltamos para a seca em Manaus e suas consequências. O que foi construído há alguns anos, hoje nos permite antecipar pagamentos, discutir plataforma de pagamentos de qualquer benefício público para qualquer brasileiro, de qualquer segmentação, recorte social, em qualquer região... Isso é uma infraestrutura, uma linguagem de política pública. É preciso ter infraestruturas capazes de lidar com o tipo de calamidade ou necessidade que se apresenta no futuro.

Mudando um pouco o tema, mas falando em linguagem, o acesso à linguagem dos serviços públicos é uma preocupação pertinente?

A compreensão efetiva da política pública, da atuação do Estado, conectado ou não, com aplicativos ou não, torna-se sempre uma questão de acesso. Decerto essas são dimensões necessárias, mas é preciso o cidadão receber a informação, compreendê-la, entender sua relação com essa informação. Não conseguir isso é uma das mais primárias exclusões. Creio que somente a fome é uma exclusão anterior. A linguagem burocrática, assim como outras, em nada ajuda a compreensão, só serve para manter privilégios e excluir do poder as classes mais baixas. E sim, essa deve ser uma preocupação constante em toda a mediação com a sociedade.

Para além dos serviços diretos a cidadãos, na mediação entre governo e empresas, os serviços oferecidos podem ajudar a preencher lacunas da indústria 4.0?

Nossa vocação básica são os dados sociais, mas estamos com um trabalho já bem avançado de oferecer para a área de saúde todo o controle da logística para a distribuição de medicamentos no Brasil. E isso se encaixa na linha de automação, internet das coisas, logística, rastreabilidade. Não é um foco específico devido às nossas funções principais, mas muitas vezes essas melhorias estão interligadas.

A Dataprev, pelo histórico e qualidade do serviço, pode estar presente em debates que vão desde a inclusão até a transformação digital do país?

Se conseguirmos consolidar nosso papel como um dos principais agentes do que chamamos de DPI (*Digital Public Infrastructure*), a Infraestrutura Nacional de Dados, não haverá nenhum passo dessa transformação que não passará por essa infraestrutura. É uma infraestrutura que tem dimensões físicas, opera-

cionais, de máquinas, de data center, de conectividade, de telecomunicações. Mas, atualmente, essas são bases para outra camada, mais importante, que é a de dados, capaz de preparar o país para enfrentar suas necessidades, seja uma pandemia ou emergência climática, seja a redução do custo Brasil, o barateamento dos negócios, a economia de tempo e recurso para toda a sociedade, seja entre empresas e governos, entre cidadãos...

Tudo acaba passando pela estrutura tecnológica.

Tudo o que o Estado pode fazer hoje é mediado por tecnologia. E tecnologia não se resume simplesmente ao sistema ou à máquina. É necessário ter os dados estruturados e organizados de uma forma que possam ser utilizados. A principal infraestrutura é a de dados. Não basta saber que temos uma população de 203 milhões de pessoas — é preciso realizar atendimentos, pagamentos, cobranças, interações entre governo e instituições, entre governo e cidadãos, tudo em questão de horas. Isso em um país com a complexidade geográfica e federativa que temos. Alcançar a disponibilidade de serviços e interações em tempo real é uma vantagem extraordinária em termos da capacidade de operar como país. E é nesse cenário que a **Dataprev** está imersa.

Há uma perspectiva de integração regional de capacidades, serviços, modelos?

Sim, e é uma ideia relevante. Estruturar a capacidade da empresa de realizar colaborações Sul/Sul, por exemplo, operações de desenvolvimento com outros países. Quando estive na Organização Internacional do Trabalho (OIT), vi que há muitas carências no setor, e uma empresa como a **Dataprev**, reconhecida internacionalmente, tem credibilidade e é bastante demandada. Se conseguirmos estruturar uma forma dessa colaboração acontecer de uma maneira mais orgânica, natural, pode ser um enorme benefício a nossos empregados, que estarão expostos a outras organizações, outras formas de fazer seguridade social, mexer com tecnologia de dados sociais, e mesmo se enriquecendo individualmente com experiências internacionais. Estamos tentando organizar formas de atuar em outros países, em projetos de desenvolvimento relacionados a nossa área. Falo do Sul Global, onde não só temos interesse de trocar experiências como nossa ajuda pode ser muito efetiva. A ideia não é buscar novos clientes fora do país; temos tarefas demais aqui dentro. A ideia é alcançar uma dimensão internacional que traga crescimento aos nossos empregados, e também de colaborar com quem precisa de nossa capacidade. ●





Planejamento estratégico prevê ciclo de grande transformação

São mais de 220 resultados previstos no Plano de Ação 2024, que incluem a área de *analytics*, oferta de soluções em e-commerce, uma agenda internacional e investimentos em infraestrutura

O Plano de Ação para 2024 da **Dataprev** prevê mais de 220 resultados, a maior parte no eixo “negócios e demandas estratégicas”, que projetam um período de crescimento e ampla transformação interna. Segundo a superintendente de Planejamento Estratégico (SUPL), Marjorie Bastos, destacam-se o avanço da abordagem analítica, o desenvolvimento de novos serviços, inclusive em um modelo online de compras automáticas, o apoio à consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados, uma agenda corporativa internacional e a comemoração dos 50 anos da empresa.

Ainda este ano, a **Dataprev** vai lançar a solução para contratação de seus serviços diretamente no portal da empresa. A estimativa é um crescimento da carteira dos atuais 2 mil contratos para até 20 mil com o e-commerce. O projeto, previsto no Plano de Ação 2024, envolve todos os produtos multiclientes (PaaS, SaaS, DaaS, IaaS), bem como os sistemas estruturantes que têm o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) como gestor.

O Plano de Ação 2024 ganhou nova metodologia, com ênfase em resultados e não mais em processos, uma diretriz que também orienta a criação do Plano Estratégico Institucional (PEI), do Plano de Negócios (PN), além do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), do Plano Diretor de Segurança da Informação e Privacidade (PDSI) e do Plano Diretor de Integridade e Conformidade (PDIC). O Gartner Score, que mede a maturidade corporativa, também mudou. Além da tecnologia, analisa recursos humanos, *compliance*, comunicação, estrutura jurídica, setor financeiro e de compras, suporte e pós-venda, a experiência do cliente, planejamento, marketing, entre outros aspectos da empresa.

O planejamento reflete uma nova missão e visão corporativas, explica Marjorie. A identidade da empresa reforçou o seu papel social e estratégico para a democracia, para a soberania e para a melhoria do acesso aos direitos constitucionais de cidadania. Isso significa assumir a missão de “organizar as informações sociais sob a guarda do Estado e torná-las acessíveis e úteis para a sociedade brasileira”. A visão implícita nesse conceito, por sua vez, propõe “melhorar a vida das pessoas com produtos e soluções tecnológicas que fortaleçam as políticas sociais e a Infraestrutura Nacional de Dados”.

Ao longo de novembro, o plano será analisado em oficinas com gestores para ajustes finais, detalhamento de macroações, marcos, além da relação das aquisições necessárias. A aprovação final será em dezembro, junto ao Conselho de Administração da **Dataprev**.

Os resultados se organizam por eixos e objetivos estratégicos. No eixo de negócios e demandas estratégicas, está, por exemplo, a integração da Carteira de Identidade Nacional (CIN) à plataforma de atendimento do INSS e de outras bases públicas, e a implantação de todos os serviços do Ministério do Trabalho e Emprego na Carteira de Trabalho Digital.

No eixo tecnologia, a empresa vai investir no portfólio de *analytics* e de sistemas de Inteligência Artificial, alinhando o aumento da carteira de clientes ao da infraestrutura. Ao longo de 2024, um marco importante do eixo “segurança e proteção de dados” será a implantação da norma ISO 27001, um padrão internacional que atesta gestões eficazes de segurança da informação.

O eixo “gestão e governança” visa “garantir a eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade, com foco em automação, investimento e inovação”. Inclui uma



Plano de Ação 2024

reforma completa na estrutura do prédio onde fica o Data Center Rio de Janeiro, a desativação do último mainframe da empresa, a oferta para clientes externos dos hackathons (maratonas de desenvolvimento com equipes da **Dataprev** para criação de soluções dirigidas) e a proposta de criação de um instituto de ciência e tecnologia em parceria com o Serpro.

Também está na pauta a inserção do tema da transformação digital nos eventos internacionais programados para o país. “Está previsto para 2024 um encontro no Brasil da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), que será realizado em parceria com a **Dataprev**”, diz Marjorie. “E essa agenda digital também integra o mandato brasileiro na Presidência do G20, de 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024, com encontro da Cúpula entre 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro; e a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30), em novembro de 2025.” No G20 ou na COP-30, observa Marjorie, “as estratégias e metas a serem definidas dependerão em grande medida dos processos de transformação digital, no país e no mundo”.

Além disso, a ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), estará no Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), instituição com sede em Caracas, formada por representantes de governo e criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para apoiar a modernização das administrações públicas. Durante o XXVIII Congresso Internacional do Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, de 21 a 24 de novembro de 2024, em Cuba, a ministra fará conferência sobre os *Elementos para a transformação do Estado visando à Cidadania e o Desenvolvimento na América Latina*.

Finalmente, no eixo “pessoas”, o objetivo do Plano de Ação 2024 é promover uma cultura organizacional ágil e produtiva, com diversidade, inclusão, qualificação e comprometimento. As iniciativas incluem a transformação digital da Superintendência de Pessoas e a implantação do modelo híbrido de teletrabalho, que pretende recuperar a dinâmica criativa da interação coletiva. ●

GVR e projetos gratificados fortalecem a gestão

A execução do Plano de Ação da **Dataprev** conta com instrumentos de gestão importantes, como a Gratificação Variável por Resultados (GVR), com orçamento de cerca de R\$ 34 milhões previstos para 2024, 49% superior ao de 2023, e os projetos gratificados, que dispõem de R\$ 3,5 milhões para aplicação anual.

“A GVR traz desafios por diretoria com duração trimestral; e os projetos gratificados são aqueles prioritários, voltados principalmente ao atendimento aos clientes, com duração e quantidade de participantes variáveis”, explica a superintendente Marjorie Bastos. Ambos são vinculados ao Plano de Ação e, em 2024, devem ter seu formato atualizado.

ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS

Investir para crescer

Principais números

Para 2024, as prioridades de investimento da Dataprev serão para hardware (R\$ 85 milhões) e software (R\$ 30 milhões).

Principais contratações

Modernização e expansão de solução de storage all flash
R\$ 67 milhões

Switches de data center (*spine leaf*)
R\$ 20 milhões

Expansão de storage objeto
R\$ 17 milhões

Balanço

2023*

Faturamento de R\$ 2,29 bilhões
Lucro líquido de R\$ 491 milhões

2024*

Faturamento de R\$ 2,37 bilhões
Lucro líquido de R\$ 430 milhões**

* Expectativa. Dados em 16/10/2023.

** Redução prevista devido a maiores custos e despesas previstos para o ano.

Para ampliar a atuação no governo e sua capacidade produtiva, empresa reforça investimentos em 46% para 2024 e retoma concurso público após sete anos

Recém-saída do Programa de Desestatização, a **Dataprev** celebra em 2023 não só a chegada aos seus 49 anos, como também a perspectiva de ampliar sua capacidade e sua atuação entre os órgãos de governo. Nesse contexto, a gestão econômica tem papel estratégico na realização dos investimentos necessários para o crescimento sustentável da empresa e no gerenciamento dos recursos para realização das ações previstas em seu planejamento anual.

Essa expectativa de expansão pode ser traduzida em números: se em 2023 o investimento executado está na casa de R\$ 90 milhões, dos R\$ 105 milhões orçados, a previsão para o próximo ano é de R\$ 152 milhões, um aumento de 46%, como ressalta o diretor de Administração e Pessoas da **Dataprev**, Valter Correia.

“Hoje a empresa não tem os mesmos desafios de um ano atrás. Estamos no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que prevê uma atuação muito mais estratégica da empresa, para todas as esferas do governo federal. Isso nos leva a repensar o quadro de pessoas, o tipo de estrutura que queremos e onde devemos fazer os maiores investimentos”, explica.



Valter Correia, diretor de Administração e Pessoas. Foto: Wenderson Araújo

A aceleração necessária para ampliar a capacidade produtiva da empresa passou pela revisão dos processos de compras da **Dataprev**. Ações para alcançar a eficiência na esteira de aquisições — com a execução de compras no prazo, com economicidade, segurança e transparência — incluíram uma nova estrutura organizacional, reforço e capacitação da equipe, além da uniformização ▶

de procedimentos. Também foram encerrados 120 processos de reajustes, reconhecimentos de dívida, repactuações e prorrogações, alguns com entrada em compras desde 2021.

Para além das aquisições de soluções e equipamentos de infraestrutura para atendimento a demandas de atuais e potenciais clientes, as ações na área de gestão de pessoas miram no futuro: junto ao investimento previsto em qualificação profissional para suporte à transformação em andamento da empresa, um novo concurso público busca recuperar a política de renovação de seu cadastro de reserva a cada dois anos. Em 2023, o primeiro concurso público após sete anos sem seleções atraiu 28,8 mil inscritos. A previsão é que a convocação para 222 vagas imediatas seja iniciada ainda este ano.

Paralelamente, a empresa retomou o Programa de Desligamento Incentivado (PDI), voltado a empregados aposentados em atividade e assistentes de TI. Parte do processo de adequação da força de trabalho da empresa, o programa promove a renovação do quadro de pessoal, além de oferecer condições que contribuem para a qualidade de vida dos empregados no encerramento do seu contrato de trabalho.

“Estamos abrindo canais de entrada e saída para que possamos readequar nossa força de trabalho para os próximos desafios. Prevemos para este concurso 222 vagas iniciais, número que poderá ser ampliado com o resultado do PDI, quando poderemos chamar mais pessoas”, explica Valter Correia.

Dos 25 perfis de profissionais contemplados na seleção, a maior parte é voltada para desenvolvimento de software, análise de negócios e sustentação tecnológica, além de reforço para áreas de aquisições e gestão de pessoas.

“Vamos ter também um importante trabalho de recepção dos novos empregados. Precisamos integrá-los à nossa cultura organizacional, que sempre foi muito forte, de compromisso com as demandas sociais do país”, completa o diretor.

Os novos contratados chegam no momento em que a **Dataprev**, acompanhando uma tendência do mercado brasileiro e mundial, em especial o de

tecnologia, aposta em um novo modelo de trabalho, após quase três anos de atuação de 90% das equipes em regime remoto, implementado devido à pandemia da Covid-19. O modelo híbrido de trabalho proposto pela **Dataprev**, de três dias fixos presenciais e dois em teletrabalho, tem como objetivo combinar a flexibilidade da atividade remota com os benefícios tangíveis e intangíveis da interação pessoal e da criação conjunta.

Diante de um cenário que projeta expansão para a empresa, com novas missões e a responsabilidade de atender às urgentes demandas sociais do país, o novo modelo contribui para o fortalecimento de uma cultura de trabalho baseada na colaboração e o maior engajamento e a colaboração entre as equipes.

“Isso vai exigir uma nova forma de nos organizarmos internamente, além de qualificação, principalmente de gestores, para esse novo modelo. Precisamos estabelecer indicadores de performance, indicadores para produtividade, até para podermos fazer comparações para aprimoramento do modelo adotado”, avalia o diretor.

Para a implantação do novo modelo, iniciado em outubro de 2023, a empresa pesquisou as melhores práticas que vêm sendo adotadas nas empresas, assim como avaliou pesquisas e estudos que apontam os reflexos positivos da convivência dos empregados nos resultados das empresas.

“Não existem modelos acabados. Fizemos benchmarking, estudamos a experiência de outras empresas do nosso porte e da nossa área de atuação. Agora precisamos descobrir o nosso modelo. Estamos construindo essa história”, ressalta Correia.

Nesse contexto, a Diretoria de Administração e Pessoas buscará a adoção de ferramentas que possam apoiar essa gestão, renovando e aprimorando processos de custos e da folha de pagamentos dos empregados, entre outras frentes.

“Estamos em meio a uma revitalização desses sistemas junto aos fornecedores. A inteligência de dados é essencial para a empresa como um todo — mas na área de pessoas e de finanças é absolutamente fundamental”, finaliza. ●



PRODUTOS E SOLUÇÕES

Área de desenvolvimento expande capacidade de produção

As estratégias de crescimento incluem a adoção do modelo de plataforma de negócios, organização de equipes por produto e cliente, parcerias e novas contratações de pessoal ▶



Flavio Ronison, diretor de Produtos e Soluções. Foto: Wenderson Araújo

Para acelerar e aumentar sua capacidade de entrega, a **Dataprev** organizou suas equipes de desenvolvimento e suporte por áreas de negócio, e vai avançar no modelo de plataforma, que compartilha tecnologias e outros recursos com parceiros, em um ecossistema integrado para geração de valor e serviços. Segundo o diretor de Produtos e Soluções, Flavio Ronison, a nova estratégia conta, ainda, com as contratações de pessoal a serem feitas em 2024, resultantes do concurso público concluído este ano.

São iniciativas que se somam para criar o que Ronison considera um novo “pulmão” para a empresa. O fôlego renovado visa aprimorar o atendimento e dar conta da chegada de novos clientes e das missões trazidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), entre as quais os projetos articulados à construção da plataforma social de serviços sobre a Infraestrutura Nacional de Dados, a partir da Carteira de Identidade Nacional (CNI) (veja a página 12).

A **Dataprev** já tem disponível um fluxo maduro para compartilhamentos de APIs de desenvolvimento em plataformas de negócios. Reúne no seu portfólio os casos bem-sucedidos do e-Consignado e do Comprev — Sistema de Compensação Previdenciária (cruzando dados do Regime Geral aos dos estados e municípios com Regimes Próprios), e se prepara para iniciar o projeto de uma plataforma de benefícios assistenciais baseada no CadÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

“As plataformas permitem a construção de outras sobre elas, numa estrutura altamente escalável”, afirma Ronison. “Temos investido nesse formato, desenvolvendo APIs e disponibilizando capacidades, numa construção colaborativa, em que cada ente atua com a sua base.”



No caso do e-Consignado (solução para automação dos empréstimos), a flexibilidade do modelo permitiu mais do que dobrar o faturamento da **Dataprev** com o serviço: de cerca de R\$ 41 milhões/mês, em 2018, para mais de R\$ 100 milhões/mês, atualmente. Um crescimento de 144%.

No desenho linear adotado anteriormente, a **Dataprev** contratava uma rede dedicada (MPLS), pela qual os bancos se conectavam à empresa, que rodava durante a noite a consulta às margens nos extratos de benefícios das pessoas. O processo levava até quatro dias para gerar a resposta sobre o empréstimo, que agora sai praticamente na hora.

“O nosso negócio não é operar um balcão de produtos financeiros, mas criar capacidades na folha de pagamentos dos benefícios para que possa haver a averbação, a verificação da margem e do atendimento às regras para o empréstimo bancário associado ao benefício da Previdência, na execução dos contratos”, argumenta o diretor de Produtos e Soluções. “Por meio das APIs, tornamos essas capacidades disponíveis para todas as instituições financeiras que participam do consignado através de

```
Warning: Division by zero in ... on line ... forum
Warning: mysql_connect(): Access denied for user: '*@*' "on line" -help -forum
Warning: Division by zero in ... on line ... forum
Warning: pg_connect(): unable to connect to PostgreSQL server: FATAL
Warning: Supplied argument is not a valid File-Handle resource in"
Warning: "failed to open stream: HTTP request failed" "on line"
Warning: "SAFE MODE Restriction in effect." "The script whose uid is" "is no
[SQL Server Driver][SQL Server]Line 1: Incorrect syntax near"
An unexpected token "END-OF-STATEMENT" was found
Coldfusion Error Pages
filetype:asp + "[ODBC SQL"
filetype:asp "Custom Error Message" Category Source
filetype:log "PHP Parse error" | "PHP Warning" | "PHP Error"
TIS: All error messages
TIS: web server error messages
Internal Server Error
intext:"Error Message : Error loading required libraries."
intext:"Warning: failed opening" "on line" "include_path"
intitle:"Apache Message" "Error Report"
intitle:"Default PHPSA Page"
intitle:"Error Occurred While Processing Request" +WHERE (SELECT|INSERT) filetype:
```

acordo com o INSS, e cada banco implementou seu processo comercial — pela internet ou em rede dedicada, integrado ou não ao seu homebanking. Para a **Dataprev** não faz diferença. Tanto faz atender a um banco ou a 50 deles.”

Reorganização das equipes

As plataformas fazem parte da diretriz mais ampla de fortalecer e qualificar a área de Produtos e Soluções, diz Ronison. “Estamos fazendo uma transformação na forma como encaramos a prestação do serviço, um movimento que chamamos de ‘produtização’, porque foca menos nos processos e mais no próprio negócio. Consigo um planejamento mais estável para as equipes, que ficam concentradas em gerar soluções, mantendo os produtos atualizados tecnologicamente para atender a demandas mais modernas.”

Na estrutura anterior, as superintendências eram dedicadas à sustentação e ao desenvolvimento, mobilizadas em grande medida por pedidos pontuais dos clientes. Agora, o ponto central é o interesse do negócio ou do serviço, com superintendências para Previdência, Trabalho, Fazenda, e uma abrangente, voltada a produtos tecnológicos e multicliente. Todas buscam analisar, junto ao usuário, as melhores alternativas para as suas necessidades.

“Nos times, todos são responsáveis por um produto ou por encontrar uma solução para o cliente”, descreve o diretor da **Dataprev**. “Na área da Previdência, por exemplo, o time que cuida da folha de pagamento conta com um especificador, alguém de sustentação, um desenvolvedor. E a atividade, o processo, é gerenciada na operação, não na estratégia, que, por sua vez, trata do negócio. A prioridade da Previdência é acabar com a fila. Como vamos fazer? Essa é a abordagem relevante.”

De acordo com Ronison, o crescimento, ou dilatação do “pulmão” da empresa, está sendo trabalhado em três dimensões fundamentais: limpar os excessos, promover parcerias (inclusive por meio das plataformas digitais e de fábricas de software para demandas sazonais) e afinar a gestão de pessoas.

A primeira ataca o que ele denomina a “síndrome do acumulador”. Ou seja, não deixar que, a pedido do cliente, acumule-se um acervo de sistemas legados e ultrapassados, quando já existirem alternativas atualizadas para substituí-los.

As parcerias visam aproveitar oportunidades em áreas que não são do negócio específico da **Dataprev**. “Por exemplo, não fabricamos chips, nem gerenciadores de bancos de dados (SGBD). Há coisas no mercado que posso trazer para acelerar processos; usar plataformas ou soluções prontas, protocolos, ferramentas, componentes.”

As fábricas, por sua vez, podem ajudar nas oscilações e sazonalidades da demanda, para evitar mobilizar equipes concursadas em projetos que não terão sustentação de longo prazo, ou para internalizar tecnologias novas. “Encontrar uma fábrica externa e um modelo que funcione também é um dos nossos desafios”, adianta o diretor de Produtos e Soluções. “Não podemos prescindir dessas ferramentas para um crescimento sustentável no tempo.”

A expansão de quadros vem acompanhada de investimentos na gestão da capacidade das equipes. São práticas que permitem saber com bastante precisão em que atividades estão envolvidos as equipes, para, se necessário deslocá-las para onde forem mais necessárias .

“Com essas ações articuladas, estamos prontos para voltar a crescer”, garante o executivo. ●

Contratações multiplicam poder de computação e armazenamento

Investimentos irão ampliar consideravelmente a capacidade de processamento e *storage* da empresa e incluir especializações para Inteligência Artificial e armazenamento de objetos

Para dar conta do papel estratégico da **Dataprev** no apoio à transformação digital do país, a infraestrutura tecnológica da empresa terá em 2024 uma nova rodada de investimentos. Está previsto um aumento superior a 30% na capacidade de processamento e de mais de 250% no armazenamento de objetos, decorrente da nova estratégia de armazenamento de longa retenção. Também será adotada uma arquitetura computacional específica para o processamento de Inteligência Artificial (IA).

“Com o crescimento dos projetos e novas perspectivas no governo, iremos expandir grande parte de nossa infraestrutura de base no próximo ano”, afirma o diretor de Gestão de Infraestrutura de TIC da **Dataprev**, Antonio Hobmeir Neto. “Os servidores de processamento serão modernizados e contaremos com um aumento considerável de nossa capacidade.”

A empresa também já iniciou a substituição da solução de armazenamento de dados de longa retenção (fitas LTO) pela solução de armazenamento de objetos (*Object Storage*). Com isso, a Dataprev ampliará de 2,6 petabyte (PB) para 10 PB a capacidade da solução, dedicando 6 PB à plataforma de proteção de dados, mantendo os recursos de compressão e de duplicação ativos — tornando o espaço ainda mais eficiente. Segundo o diretor de Gestão de Infraestrutura de TIC, os ganhos com essa evolução incluem segurança, eficiência e economia.

As ações na infraestrutura tecnológica, diz Hobmeir, serão orientadas a dois eixos: manutenção e expansão; e modernização e inovação. “Nosso planejamento de capacidade trabalha com horizonte de cinco anos à frente, para estarmos prontos para atender as necessidades do negócio. A arquitetura computacional tem

evoluído e se especializado para processar cada vez mais e de forma mais eficiente as cargas de trabalho.”

As ações para 2024 representam uma ampliação vertiginosa de todos os silos de tecnologia, de modo a obter maior capacidade de atendimento às demandas dos clientes. Como resultado, teremos aplicações mais modernas, rápidas, estáveis e respondendo tempestivamente os serviços aos clientes e cidadãos.

Para os órgãos de governo que administram dados estratégicos e sistemas críticos, a empresa vai expandir sua oferta de serviços em nuvem de governo— GovCloud. “Vamos expandir nossa oferta de serviços GovCloud compondo com soluções de nuvens híbridas, contudo mantendo as garantias de soberania e continuidade aos clientes.

Gestão e Inovação

No campo da inovação, ele aponta a habilitação de uma nova arquitetura de processamento para Inteligência Artificial (GPU) e a plataforma de orquestração de “containers” para suportar arquiteturas de sistemas mais modernos. A operação em “containers”, explica Hobmeir, vai promover “maior dinamismo na infraestrutura, possibilitando um provisionamento mais ágil e um gerenciamento de recursos mais eficiente”.

Ambientes tecnológicos modernos, seguros e resilientes operados por especialistas, essas são algumas das características fundamentais da infraestrutura de TI da **Dataprev**. A empresa foi o primeiro órgão público do governo federal a obter a certificação internacional Tier III em seus data centers, em 2016. O ciclo é atualizado a cada três anos e atesta o alto padrão tecnológico operacional, e de segurança das infraestruturas.

Além da aquisição de equipamentos, a **Dataprev** busca continuamente os melhores parâmetros de gestão e qualidade aplicados no mercado de tecnologia. Em 2023 iniciou o trabalho para certificação ISO 20.000, dada aos processos de gerenciamento de serviços (ITSM). Hobmeir ressalta a relevância dos processos para uma entrega tempestiva — ou seja, em prazos adequados às exigências dos clientes, mesmo em situações emergenciais —, e de qualidade. A certificação avalia 40 processos das três diretorias finais (Gestão de Infraestrutura de TIC; Produtos e Soluções; Tecnologia e Operações).



Antonio Hobmeir Neto,
Diretor de Gestão de
Infraestrutura de TIC.
Foto: Wenderson Araújo

Outro ponto prioritário de atenção na **Dataprev** é a segurança da informação. A empresa atua 24 horas por dia, sete dias por semana, para monitorar, analisar e prevenir ameaças ou quebra de segurança das informações hospedadas nos data centers. O Centro de Operação de Segurança (SOC— Security Operation Center) que atua na identificação, monitoração, mitigação e resposta aos incidentes de segurança já analisou mais de 1 trilhão de dados sendo que apenas em 2023 já atuou em mais de 1.700 eventos de segurança.

A modernização da **Dataprev** se reflete na gestão energética da empresa. Hoje, mais de 80% da energia consumida na corporação e 100% nos três data centers da empresa, localizados no Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, são provenientes de fontes sustentáveis, limpas e renováveis. Desde 2021, a empresa deixou de emitir mais de 300 toneladas de carbono (CO₂) no meio ambiente e foram poupadas mais de 900 árvores. Os data centers possuem o selo *Certified Energy Efficiency in Data Centres Award* (CEEDA) — que atesta as melhores práticas de eficiência energética —, desde 2018. ●

MODERNIZAÇÃO

Estratégias combinadas aceleram desativação do último mainframe



Na transição do Sistema Único de Benefícios para a plataforma baixa, já foram desconectados do computador 90% dos usuários externos, e modernizadas a folha de pagamento dos segurados do INSS e as funcionalidades utilizadas no atendimento aos cidadãos

Até o final de 2023, serão desconectados todos os usuários do último mainframe em operação na **Dataprev**, computador onde roda o Sistema Único de Benefícios (SUB), do INSS, com aplicativos e o histórico de 40 anos de regras para concessão de direitos previdenciários. Ligados a essa máquina vão ficar apenas os desenvolvedores da empresa. Uma medida importante da estratégia de modernização contínua da empresa, a conclusão da desativação do equipamento está marcada para o final de 2025, quando tudo funcionará em plataforma baixa, garante o diretor de Produtos e Soluções da **Dataprev**, Flavio Ronison.

Há cerca de um ano, eram mais de 12 mil usuários acessando o mainframe, de entidades como o INSS, a Polícia Federal, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal, entre outros parceiros, num gigantesco ecossistema. Esse total já foi reduzido a menos de 800 usuários, número que soma pessoas e sistemas automatizados. Na prática, diz o executivo, o fluxo de trabalho depende agora muito menos do mainframe.

Outro marco do projeto foi a modernização, também este ano, da folha de pagamentos do INSS, considerada a maior da América Latina na área previdenciária, com 38,4 milhões de benefícios ativos, ou um total mensal de mais de R\$ 60 bilhões. A nova folha, segundo o analista de tecnologia Solon Lucena, que monitora e acompanha as ações de modernização dos sistemas da **Dataprev**, oferece melhores condições para manutenção e evolução, e reduz à metade o tempo de processamento — de 96 horas para 48 horas. Segundo ele, desde agosto, também estão disponíveis em Java as mais de cem funcionalidades do Sistema de Benefícios (chamada Janela do Sisben) utilizadas por milhares de servidores do INSS para atendimento aos segurados nas Agências de Previdência Social e na Central 135.

Ciclo de aprendizado

Desativar um mainframe pode parecer tão difícil quanto mover um elefante de lugar, mas a estratégia definida pela empresa tem dado agilidade e segurança à transição. Entre outros procedimentos, adota um mecanismo de sincronismo de dados que permite transferir operações e consultas da plataforma alta para a baixa, e estuda, em algumas situações, fazer conversão de código.

“A maturidade do processo reflete a maturidade da própria empresa, que já passou por três grandes ciclos bem-sucedidos de desligamento de mainframes, cada um com suas peculiaridades”, afirma Ronison. “Desta vez, combinamos as soluções utilizadas anteriormente, escolhendo as melhores alternativas para cada situação.”

Na primeira experiência, encerrada em 2011, a **Dataprev** trouxe para as plataformas baixas do seu ambiente os sistemas que rodavam fora da empresa, em computadores de grande porte do então Ministério do Trabalho. Depois, houve dois ciclos internos complexos, com o desligamento do mainframe que processava a Receita Previdenciária (chamado internamente de MV2), em parceria com a Receita Federal; e do computador (CV2) onde estava o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), base das informações sobre contribuições para reconhecimento de direitos previdenciários pelo INSS.

No caso da Receita, a **Dataprev** optou pela conversão automática dos códigos de mainframe para plataforma baixa. Com o Ministério do Trabalho, a decisão foi priorizar aplicações e dados críticos e mais importantes. Já com o CNIS, a empresa migrou os bancos de dados e promoveu a coexistência com o sistema central por meio de conectores, de forma que todo o



ecossistema que dependia dele continuasse funcionando junto com os legados, concedendo benefícios, até a conclusão da migração.

Visão de futuro

Segundo Ronison, os dois principais investimentos dessa fase do processo, além de pessoal, envolvem o conversor de código (de Cobol para Java), para circunstâncias pontuais, e o dispositivo sincronizador (*Databridge*) que faz o espelhamento dos dados do mainframe na plataforma baixa, para acesso e desenvolvimento de sistemas.

“Não existe ‘bala de prata’”, ressalta o diretor de Produtos e Soluções. “Estamos classificando as situações em que poderemos usar conversor de código e as que vão requerer uma análise da necessidade do cliente, para desenhar algo novo.”

Para a conversão de código, por sua vez, ele argumenta que é fundamental o encerramento dos acessos de usuários externos ao mainframe. Com o computador transformado em uma ‘caixa de processamento’, à qual apenas programas e desenvolvedores se conectam, um conversor moderno poderá avançar uma série de processos, sem a barreira da falta de familiaridade de usuários com o novo ambiente.

Outro mecanismo-chave, o *Databridge* traz para a plataforma baixa, nessa etapa, os chamados extratores, grandes consumidores do computador.

Eles levam dados para aplicações satélites, como sistemas de informação, de Inteligência, entre outros, e que passarão a ter acesso apenas aos dados replicados na baixa (no *data lake*).

“A modernização de sistemas faz parte do padrão de eficiência da gestão e da visão de futuro da **Dataprev**, com atenção à mitigação de risco empresarial do ponto de vista de negócio”, ressalta Solon Lucena. O mercado, diz ele, possui cada vez menos profissionais capacitados para atuar na plataforma alta.

A iniciativa envolve quatro diretorias da empresa (Produtos e Soluções; Relacionamento e Negócio; Gestão de Infraestrutura de TIC e Tecnologia e Operações), além de parceria estreita com o INSS, responsável pela gestão de informações e processos dos segurados, o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A desativação inclui a migração de 2.911 programas, agrupados em 138 sistemas ou módulos, e 86 bilhões de registros distribuídos em 16 bancos de dados. O mainframe guarda, ainda, uma base histórica de aproximadamente 140 milhões de pedidos de benefícios.

“Estamos direcionando o foco para o que é importante”, diz Ronison. “Já tiramos do mainframe a folha de pagamento e estamos desconectando usuários e extratores. Há um acervo de programas feitos há 40 anos. Estou atacando o que é relevante. E, no final de três anos, estaremos fora do mainframe.” ●



TECNOLOGIA E OPERAÇÕES

Modelo de gestão garante atualização contínua

O objetivo da Diretoria de Tecnologia e Operações é oferecer capacidade tecnológica ágil, robusta, segura, resiliente e escalável

Um modelo de crescimento estratégico da infraestrutura de tecnologia, atualização e expansão do portfólio de ferramentas de analytics, plataforma de orquestração de container, modelo de multi-nuvem, ampliação da base de servidores x86, plataformas de Inteligência Artificial como Serviço para apoiar projetos estratégicos, modernização dos equipamentos de rede dos data centers e dos sistemas de armazenamento de dados. Essas são algumas das ações previstas para 2024, segundo o diretor de Tecnologia e Operações da empresa, Ricardo Pereira Borges. O trabalho de inteligência de dados (*analytics*) será intensificado para qualificar informações e registros que passam pelos sistemas da empresa. Segundo Borges, a iniciativa é um pilar importante para a Infraestrutura Nacional de Dados brasileira e permitirá que o Estado avance na identificação e no atendimento das necessidades das pessoas.

A Diretoria de Tecnologia e Operações é responsável pela estratégia tecnológica, assim como o atendimento a soluções analíticas e a promoção da inovação. Quais suas prioridades nesses segmentos?

O objetivo estratégico da DIT é oferecer capacidade tecnológica ágil, robusta, segura, resiliente e escalável. Nossa prioridade é acelerar as entregas das soluções para os clientes e qualificar cada vez mais as análises e os cruzamentos de dados. A Estratégia de Governo Digital, desenvolvida pelo MGI, vai promover um aumento significativo de demandas e desafios para a **Dataprev**. A construção da Infraestrutura Nacional de Dados vai exigir ferramentas de interoperabilidade e de inteligência aplicada às várias bases de dados que passarão a se conectar cada vez mais.



Ricardo Pereira Borges, diretor de Tecnologia e Operações

Em que medida as ferramentas de análise de dados poderão melhorar os serviços públicos e promover uma atitude mais proativa do Estado?

A qualificação das análises de dados permitirá ao Estado ter uma visão cada vez mais consistente, precisa e dinâmica das necessidades específicas das pessoas. Com isso, será possível elaborar políticas públicas mais eficientes em seus objetivos, além de desenvolver soluções e serviços alinhados às suas demandas. Ferramentas de análise permitem ao Estado enxergar, de forma integrada, todos os registros dos indivíduos, relativos aos diferentes ministérios e setores das políticas. Desta forma, não precisa esperar ser solicitado um benefício, a União pode tomar a iniciativa para atender o cidadão naquilo a que ele tem direito.

Que tecnologias terão mais ênfase na estratégia da empresa?

Uma iniciativa importante será a implantação da norma ISO 27001, um padrão internacional para sistema de gestão da segurança da informação (*Information Security Management System — ISMS*). Sua adoção previne incidentes de segurança da informação e, em caso de ocorrências, atenua seus impactos. Vamos buscar também tecnologias avançadas de virtualização de sistemas, computação em nuvem, Inteligência Artificial, *data analytics*, entre outras possibilidades que estão no nosso radar. ●

Um programa para defender a “integridade da informação”

O secretário de Políticas Digitais da Secom, João Brant, explica os riscos do modelo de negócios das plataformas comerciais, baseado em engajamento, e as ações que visam combater os efeitos colaterais das novas tecnologias no ambiente digital

A Secretaria de Políticas Digitais tem enfatizado a defesa da “integridade da informação”. Pode definir esse conceito?

A proposta da ONU se refere à integridade da informação como precisão, consistência e confiabilidade das informações, e está ligada a um ambiente informacional respeitador de direitos humanos, como a liberdade de expressão, e que conta com uma mídia independente e sustentável. Temos ainda trabalhado para pautar o tema da integridade da informação no âmbito do G-20, que será presidido em 2024 pelo governo brasileiro. No ambiente informacional das plataformas digitais, fica evidente um problema de ausência de integridade da informação, e essa discussão não pode ser dissociada da necessidade de se pensar também na regulação de serviços e mercados digitais.

É impossível que um governo democraticamente eleito, mesmo diante de uma das tentativas mais insidiosas de manipulação e de desinformação eleitoral, não se dedique a esse tema como prioridade. Tivemos em 8 de janeiro uma demonstração brutal de como a distorção sobre os fatos mais básicos — como a confiabilidade e a legitimidade do nosso sistema democrático — pode levar a uma grave crise política e institucional. Antes disso, tivemos ondas de desinformação como contestação ao Judiciário, ao processo eleitoral, para não falar do questionamento massivo da eficácia das políticas sanitárias e da vacinação durante a pandemia da Covid-19. Por ser uma democracia vibrante que resistiu a essas ameaças, um dos

maiores mercados de plataformas digitais no mundo, e ainda um dos locais onde a população em geral passa mais tempo online, o Brasil é um dos atores mais importantes para mostrar como governos podem agir diante desse cenário. O que vejo é uma preocupação cada vez mais abrangente em agir proativamente no enfrentamento à desinformação.

De que maneira a pauta da desinformação se articula com a transformação digital?

Tivemos avanços impressionantes na prestação de serviços públicos — o Brasil tem hoje muito a mostrar em termos de governo digital. Com a chegada da revolução da inteligência artificial, já há iniciativas de regulação no Legislativo, e de aplicação no âmbito do Judiciário sendo discutidas. Apenas há pouco tempo, contudo, se passou a olhar mais atentamente sobre os efeitos colaterais negativos da transformação digital. Nosso foco na secretaria tem sido ir além da perspectiva da adoção de novas tecnologias, mostrando que há outras questões que merecem a atenção em termos de políticas públicas. É importante compreender que as plataformas digitais têm como modelo de negócio a “economia da atenção”: seu objetivo é maximizar o engajamento e o tempo de uso das suas aplicações. Esse modelo tem as chamadas “externalidades negativas”: a disseminação de desinformação e dos discursos de ódio; o uso excessivo ou inadequado de redes sociais por crianças e adolescentes; e os desafios de sustentabilidade para o jornalismo profissional de interesse público.

João Brant. Foto: Secom/PR



Além disso, há discussões que ainda fazemos de forma relativamente incipiente, como é o caso da soberania digital. Tudo isso faz parte da transformação digital. E sem políticas públicas específicas voltadas a esses impactos, a continuidade do próprio regime democrático pode correr riscos.

Quais as principais ações da Secretaria de Políticas Digitais?

Nossa prioridade é promover o enfrentamento à desinformação e ao discurso de ódio na Internet, tendo em vista a proteção dos direitos humanos, da liberdade de expressão e diante da mudança estrutural do ambiente informacional. São iniciativas que vão de participar ativamente da discussão, no Congresso Nacional, sobre regulação dos serviços das plataformas digitais (PLs nºs 2630 e 2370), até buscar a sustentabilidade do jornalismo de interesse público no ambiente digital. Estamos desenvolvendo uma metodologia e uma dinâmica para a defesa de políticas de saúde pública contra ações de desinformação. E a promoção de um ambiente informacional plural também se deu com a maior expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública da história da EBC: com as universidades federais, fizemos um acordo para que 51 novas emissoras de rádio e 49 canais de TV se juntassem ao sistema público de comunicação. Há parcerias em várias frentes, e uma delas junta seis ministérios — Secom, Saúde, Justiça, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação —, além de especialistas e sociedade civil, para criação de um guia orientativo para o uso consciente de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes. A consulta pública sobre o tema ficará aberta no portal Participe BR até 23 de novembro.

Mantemos ainda diálogos com parceiros de governos estrangeiros sobre regulação de serviços digitais — no âmbito dos países-membros do Mercosul, com governos de países como Reino Unido, Alemanha, França e Chile, e trocas de boas práticas sobre educação midiática, envolvendo também Dinamarca e Finlândia. Estamos trabalhando para pautar o tema da integridade da informação nas discussões na ONU, Unesco, Mercosul, OCDE e no G-20.

A ideia de criação de um comitê de política digital avançou?

Nós, na Secretaria de Políticas Digitais, temos insistido junto a outros ministérios e ao centro de governo que é necessário reforçar a governança da agenda digital. Fizemos um levantamento e descobrimos que, ao lado de ministérios que tradicionalmente vinham conduzindo agendas próprias, como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que cuida de governo digital, o das Comunicações, voltado para a infraestrutura, ou o Ministério da Ciência e Tecnologia, que estimula pesquisa, desenvolvimento e inovação na área, há inúmeros outros que precisam fazer parte dessa discussão.

O Ministério da Justiça tem assumido protagonismo na questão dos direitos digitais e no enfrentamento ao crime cibernético. A regulação de plataformas digitais é uma discussão que toca a defesa dos direitos humanos, competência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), e os direitos autorais, responsabilidade do Ministério da Cultura. Nós, na Secom, temos trabalhado ao lado de vários outros órgãos, como a Procuradoria Nacional da Defesa da Democracia, AGU e CGU, para tratar o problema da desinformação contra políticas públicas nas plataformas digitais.

E a lista não para aí. Não se pode pensar em regulação de mercados digitais sem envolver os Ministérios da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) trata de cibersegurança, o Ministério das Cidades de cidades inteligentes, o Itamaraty da representação do Brasil em temas de economia digital, e até o Banco Central e o Ministério da Agricultura têm áreas dedicadas ao tema. O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável vem puxando debates sobre a agenda digital. Além, é claro, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, de caráter multissetorial, que é um ator fundamental nesse campo há anos. Ou seja, seria mais preciso dizer que hoje há um ecossistema no governo, muito amplo, o que exige se pensar numa forma de governança efetiva e de como endereçar todos esses temas.

Isso não é um desafio apenas no Brasil. Há países que estão caminhando para constituir uma agência reguladora forte para o âmbito digital, como a França, o Reino Unido e a China. Em outros, o protagonismo é de ministérios tão diferentes como o das Comunicações ou da Justiça. Para se ter uma ideia da variedade de desenhos institucionais, na Alemanha, o Ministério do Digital é o mesmo dos Transportes. Diante desse cenário, a discussão no governo avançou no sentido de revisitar a Estratégia Brasileira de Transformação Digital e, eventualmente, repensar a dinâmica e ampliar a constituição do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital). Estamos atualmente debruçados sobre essa possibilidade, participando da elaboração de uma proposta nesse sentido. ●

As empresas de tecnologia, a tensão geopolítica e o futuro brasileiro

O cientista político Marco Cepik alerta que não há soberania nacional sem soberania popular na transformação digital. Em um quadro global tão instável, o fortalecimento das estatais de TI é fundamental

“Dataprev, Serpro, Ceitec, longe de serem privatizadas, devem ser fortalecidas”

Em meio a um processo de reconstrução nacional, a transformação digital é um tema que engloba não somente a retomada de parâmetros, programas e ações pontuais que irão definir relações produtivas, sociais e entre cidadania e governança, mas encara também velhas insuficiências e desigualdades agora acentuadas. Acesso e conectividade demandam infraestrutura, opções tecnológicas, investimentos, gestões e políticas públicas.

É um processo de escolhas que envolve as melhores práticas e experiências internacionais, modelos de desenvolvimento e inclusão, adaptações a limitações e realidades locais, e, acima de tudo, é um processo também político, sujeito às tensões globais. Hoje vemos a luta competitiva entre um império hegemônico, que pretende manter sua dominância, e o Estado chinês, que visa diminuir sua “vassalagem tecnológica” (expressão e desejo manifestos por Xi Jinping no último Congresso do Partido Comunista da China) em relação aos EUA, além de ampliar seus mercados e zonas de influência.

A questão da Huawei, retratada por vezes na mídia somente como uma luta corporativa, “não pode ser reduzida à defesa das grandes corporações — há uma sinergia com os Estados nacionais por trás dessas empresas. E isso não é simétrico, vale lembrar, a presença norte-americana é muito maior, ainda que na China tenha se constituído o único ecossistema completo, da infraestrutura até a camada de serviços e de usuários, ganhando robustez para pretender uma autonomia”, nos lembra o cientista político Marco Cepik. “Política e mercado estão imbricados”, completa.

Sob um colapso financeiro global e um cenário de recessão acentuados pela pandemia e pela guerra na Europa, os EUA dispararam uma série de proibições sobre a China — bloqueio do comércio com tarifas, bloqueio do acesso à tecnologia, limites às exportações, sanções a empresas chinesas. Mas a China, sob um modelo controlado pelo Estado, sobreviveu e se expandiu, construindo com velocidade uma sociedade urbanizada,



altamente tecnologizada, com crescente influência política e econômica para além do Leste Asiático. E as empresas digitais, as inovações, simbolizam o principal componente desse embate geopolítico.

A busca constante por autossuficiência pode ser entendida no comunicado do último Congresso do Partido Comunista Chinês: “Devemos aderir à ciência e à tecnologia como a força produtiva número um, o talento como o recurso número um, e a inovação como a força motriz número um”. Paralelamente, Jack Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, desenhou o problema: “Esta é uma década decisiva... na qual os termos de nossa competição com a China serão definidos. A assertividade da China no país e no exterior está fazendo avançar uma visão não liberal através de domínios econômicos, políticos, de segurança e tecnológicos em competição com o Ocidente, e é o único concorrente (dos EUA) com a intenção de reformular a ordem internacional e a crescente capacidade de fazê-lo.”

“Os semicondutores, os chips, são hoje centrais para todas as outras indústrias. Isso ficou evidente com a questão da Huawei. É um setor fortemente segmentado regionalmente, diferentes países possuem maior incidência sobre pedaços da cadeia de valor, e todos esses segmentos da cadeia de valor são oligopólios — esse é o melhor exemplo para ver como a política e o mercado estão imbricados”, volta a ressaltar Cepik.

Recentemente vinda de uma viagem à China, Isis Paris Maia, doutoranda em Políticas Públicas na UFRGS, ressalta

que “o Brasil, diante do imperativo da reconstrução nacional com a eleição de Lula, precisa aprender com as melhores práticas internacionais em gestão e políticas públicas”. E a expertise chinesa em Big Data e governança digital deve ser observada, dadas as semelhanças de um país continental, diverso e desigual. Por mais que essa experiência não encontre condições de ser repetida, pode orientar algumas premissas.

Incrementar setor industrial e de inovações é um caminho óbvio, mas Marco Cepik lembra que não há como desejar uma soberania nacional sem fortalecer a soberania popular em relação aos processos de transformação digital. O que viria antes? Ele responde que “uma população excluída do acesso, ou com acesso caro, ou que não consegue fazer bom uso das informações disponíveis para a melhoria de seu desenvolvimento, é uma população que também não tem condições de fazer pesquisa, inovação, construir empresas competitivas e um ecossistema de regulação respeitado. São duas faces da mesma moeda: soberania nacional e soberania popular. Para o Brasil, isso significa que, apesar da penetração grande da internet, grande parte de suas empresas não utiliza os meios digitais para alimentar toda as suas cadeias produtiva e logística. Temos um espaço de avanço muito grande e necessário, desde o agronegócio até o desenvolvimento local nas cidades, com construção de cidades e inteligentes e uma base industrial de novo tipo, mais ecologicamente equilibrada e socialmente viável. Tudo isso passa pela inclusão digital”.

O Brasil ainda encontra o empecilho de uma mentalidade neoliberal que comandou o país nos últimos anos. O novo governo firmou sua posição de não privatizar empresas tecnológicas do Estado, mas desejos, ameaças e análises midiáticas ainda defendem essa (e quaisquer outras) privatizações. Quanto a isso, relacionando ao momento global atual, Cepik também comenta: “não temos empresas de grande porte competitivas nesse setor em toda a América Latina. Precisamos de um peso muito forte do Estado na criação de condições de desenvolvimento no setor, seja por meio de compras governamentais, do fortalecimento de estatais ou do fomento à P&D e inovação. Aí entra o papel da **Dataprev**, Serpro, Ceitec. Longe de serem privatizadas, elas devem ser fortalecidas, assim como as condições de implementação de políticas de desenvolvimento em outros ambientes. Nossa dependência em relação a semicondutores, equipamentos de troca de tráfego de internet, equipamentos de telecomunicações, bases de dados, soluções de nuvem, da estrutura mais pedestre a soluções transacionais mais sofisticadas, tudo isso depende da construção de uma capacidade nacional e regional”.

Em um mundo instável, sujeito a choques sistêmicos com efeitos globais, o fortalecimento de nossas empresas é fundamental — mas qual seria a importância da **Dataprev**, especificamente? O cientista político não hesita. Para ele, a empresa é fundamental, pois estabelece pontes entre setor privado, sociedade e órgãos governamentais. “Inclusive em função de sua orientação para o suporte de relações entre Estado e sociedade, a **Dataprev** está em condições de participar fortemente do debate sobre a relação entre a inclusão digital e a transformação digital de nossa indústria, cidades e realidade nacional”. ●

Linha do tempo



1974

A Lei 6.125 constitui a **Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — Dataprev**.



1975

O INPS passa para a **Dataprev** a gestão do seu parque de computadores instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo.



2005

O governo federal dá máxima prioridade ao fim das filas nas agências. A **Dataprev** provê a tecnologia do Novo Modelo de Gestão (NMG) do INSS.

O Cacic (Configurador Automático e Coletor de Informações Computacionais), desenvolvido pela **Dataprev**, é o primeiro software público adotado pela administração pública federal.

Dataprev assume a tecnologia do Ministério da Previdência.



2006

Lançamento da Central de Atendimento 135 do INSS.

Dataprev cria suas primeiras Unidades de Desenvolvimento de Software, no Ceará, na Paraíba, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro.

Retomada dos concursos públicos, que passam a ter periodicidade bianual na **Dataprev**.



2007

Dataprev assume a migração para plataforma baixa e a modernização dos sistemas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Chegam aos centros de processamento da **Dataprev** os primeiros equipamentos em plataforma baixa.



2011

Dataprev entrega o Portal MTE Mais Emprego, com serviços integrados.

Inauguração da Sala de Monitoramento (NOC) do Rio de Janeiro.

A capacidade de armazenamento dos centros de processamento atinge 1 Petabyte.

Começa programa de modernização dos data centers.



2012

Entrega do novo Data Center Distrito Federal (DCDF).

Formado o consórcio entre a **Dataprev** e o Serpro para desenvolver o Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), uma demanda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Início do piloto do SIBE-Loas em Anápolis (GO).



2013

Concluída a migração para plataforma baixa dos dados da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que estavam no mainframe MV2.

Inauguração do novo data center São Paulo e início das obras do Data Center Rio de Janeiro.

1989

Primeiro concurso público da **Dataprev**. A medida atende ao artigo 37 da Constituição Federal, promulgada em 1988, que em seu inciso II determina que “a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso (...)”.

1991

O Prisma, sistema responsável pelas funcionalidades relacionadas a benefícios nas Agências da Previdência Social, é implantado no Distrito Federal.

1999

Mudança da sede do Rio de Janeiro para Brasília.

Passa a se chamar **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social**.

2008

A **Dataprev** assume o desenvolvimento dos novos sistemas de benefícios (SIBE I e II) e os do novo CNIS.

Assina, com o então Ministério da Previdência Social e o INSS, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Federal comprometendo-se com a desmobilização dos mainframes. É o início de uma das maiores migrações de dados e sistemas para plataformas baixas no mundo.

Começa o programa de modernização da infraestrutura de TIC.

2009

Investimento recorde de R\$ 183 milhões. O programa de modernização iria mobilizar cerca de R\$ 700 milhões até 2013.

O INSS passa a conceder aposentadorias em até 30 minutos. O reconhecimento automático de direitos é feito a partir dos dados geridos pela **Dataprev**.

Lançados o Extrato Previdenciário e a Carta Pré-Aposentadoria: foco no cidadão.

A **Dataprev** cria Central Única de Serviços para atender seus usuários: mais de 200 mil chamados por mês.

2010

Implantação da primeira versão do Portal CNIS—SIBE.

Dataprev compra os mainframes da Unisys e deixa de pagar aluguel mensal à fabricante. Primeira operação desse tipo feita pela fornecedora no país.

2014

Primeira experiência de computação em nuvem.

Lançamento do serviço de hosting.

Prêmio de Destaque do Ano do setor Indústria Digital na 40ª edição da *Exame Melhores & Maiores*, publicada pela Editora Abril.

Lançamento da nova marca.

Prêmios de Melhor Empresa de TI e Telecom do *Valor 1000*; Melhor Empresa do setor de Indústria Digital da *Exame Melhores & Maiores*; *As Melhores da Dinheiro*, promovido pela IstoÉ Dinheiro, no segmento Serviço Público; VII Prêmio Nacional de Qualidade de Vida.

Inauguração das instalações modernizadas do edifício-sede, em Brasília.

Empresa conclui modernização de seu parque de TI.

O Portal do Novo Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), do consórcio Serpro/**Dataprev**, entra em produção.

É instituído o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), para uniformizar as informações de registro civil.

LINHA DO TEMPO

2015

Prêmio *As melhores da Dinheiro*: melhor empresa do setor de Serviços Públicos.

Desativação do mainframe CV2, que rodava aplicações do INSS.

Lançamento dos serviços de analytics, após conclusão de projetos piloto de big data e de mineração de dados.

Reformulação do Portal **Dataprev** na internet.

2016

Melhor estatal de TI do país pelo *Guia Época Negócios 360º*; Prêmio *Empresas Mais Estadão/Broadcast* — 1º lugar no Destaque Regional Centro-Oeste; reconhecimento Especial no DCD Awards 2016 para Equipe de Data Center do Ano, com o caso “Desafios Multidisciplinares na Gestão de Ambientes de Missão Crítica”;

Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública para o Sirc; Portal **Dataprev** conquista 1º lugar na categoria “Projetos Web Governamentais”, do Todos@Web — Prêmio Nacional de Acessibilidade.

Conquista da certificação internacional Tier III em design para os data centers de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Primeiro Hackathon, maratona de desenvolvimento, para criar aplicações móveis para políticas públicas.

Passa a se chamar **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência**. Com a extinção do Ministério da Previdência, passa a se vincular ao Ministério da Fazenda.

2019

O DCDF atinge o último nível da classificação Tier III, a certificação Operational Sustainability (sustentabilidade operacional) no nível ouro, a mais alta do sistema.

Transformação digital do INSS: 90 dos 96 serviços passam a poder ser solicitados online.

Portaria federal regulamenta o uso da Carteira de Trabalho Digital, app desenvolvido pela **Dataprev**.

Soluções b-CPF e b-CNPJ, desenvolvidas pela **Dataprev**, ganham Prêmio Criatividade e Inovação da Receita Federal.

Reestruturação encerra atividades em 20 unidades regionais.

2020

Dataprev cria a Helô, atendente virtual para tirar dúvidas no Meu INSS.

O INSS inicia o piloto da prova de vida por biometria facial, em parceria com a Secretaria de Governo Digital (SGD), do Ministério da Economia, e a **Dataprev**.

Meu INSS recebe Menção Especial do Júri no Prêmio de Boas Práticas para as Américas 2020.

Implantação do Sistema de Controle de Produtividade e Metas para o INSS.

Dataprev dá suporte tecnológico ao enfrentamento da crise sanitária da Covid-19, com o sistema para pagamento do Auxílio Emergencial, além de outras 16 soluções para beneficiar os cidadãos durante a pandemia.

O governo federal inclui a **Dataprev** no Programa Nacional de Desestatização (PND), por meio do Decreto nº 10.199, de 15 de janeiro.

2017

Melhor empresa do setor Indústria Digital pela *Exame Melhores & Maiores*; campeã ainda na categoria Serviços Públicos da 15ª edição da *As Melhores da Dinheiro*, da IstoÉ Dinheiro; Prêmio internacional de Melhor Prestação de Serviço Digital no Setor Público, no DCD Awards Latin America 2017.

Certificação internacional Tier III Operations Sustainability para os data centers Rio Janeiro e São Paulo. É a primeira empresa pública do país a completar o ciclo Tier III.

Lançamento do aplicativo Sine Fácil e do Portal Emprega Brasil, plataforma que reúne diversos serviços, como concessão de seguro-desemprego.

Ministério do Planejamento lança a GovData, plataforma de análise de dados dos serviços públicos, uma parceria entre **Dataprev** e o Serpro.

Implantação da política de patrocínio por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro.

Início da Transformação Digital do INSS.

2018

Lançamento de plataforma de serviços em nuvem para o governo, a GovCloud.

Dataprev lança a solução EVO.BR. Desenvolvida em conjunto com a Piql, permite o armazenamento de dados e documentos digitais para sempre, e com fácil acesso.

GovData: bases de dados da **Dataprev** passam a estar disponíveis para acesso por órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp).

No DCD Awards Latin America 2018, **Dataprev** recebe o prêmio de melhor projeto de cloud.

2021

IT Mídia inclui **Dataprev** entre as 100 mais inovadoras no uso de TI.

Contribuintes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) passam a contar com a atendente virtual IZE, desenvolvida pela **Dataprev**.

Automação do processo de contratação do Comprev, com número recorde de adesões.

Com o processamento de mais de 150 milhões de requerimentos dos cidadãos, atuação da **Dataprev** no Auxílio Emergencial é destaque em evento do Banco Mundial.

2022

Dataprev recebe prêmio por melhor evolução de data center da América Latina no DCD>Latam Awards 2022.

Dataprev conquista Selo *Women on Board*, que reconhece organizações com mulheres na alta gestão, e cria Programa de Incentivo ao Desenvolvimento de Lideranças Femininas.

Desenvolvida pela **Dataprev** para a PGFN, Plataforma Comprei simplifica negociação de bens de devedores da União.

Pelo terceiro ano consecutivo, CTPS Digital e Meu INSS estão entre as melhores iniciativas digitais do país do prêmio iBest.

2023

Dataprev passa a ser vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), conforme Decreto nº 11.345, de 1º de janeiro.

Governo Federal exclui a **Dataprev** do Programa Nacional de Desestatização (edição extra do D.O.U. de 6 de abril).

Dataprev recebe o mais alto nível de maturidade em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, concedido pelo TCU.

Dataprev recebe Prêmio de Boas Práticas para as Américas, da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), por sua atuação tecnológica durante a pandemia da Covid-19.

Portal **Dataprev** ganha layout mais moderno e passa a ter foco nas soluções desenvolvidas pela empresa.

PORTFÓLIO

Tecnologia para políticas públicas

Conheça as soluções que contribuem para o aprimoramento e a execução de políticas sociais do Estado brasileiro

A **Dataprev** é uma empresa do Estado brasileiro dedicada à manutenção e ampliação de iniciativas de digitalização, automação de processos e transformação digital dos serviços públicos. As soluções desenvolvidas e geridas pela empresa têm como público-alvo três grandes grupos de clientes: os cidadãos, as instituições financeiras e o governo. Para além dos grandes produtos e serviços oferecidos pela empresa, tais como o Meu INSS, a CTPS Digital ou o sistema do Auxílio Emergencial, a **Dataprev** oferece infraestrutura em nuvem para governos e outras soluções para diferentes aplicações. Conheça parte desse portfólio, que está disponível na íntegra no portal www.dataprev.gov.br.

Meu INSS

Mais de 100 serviços na palma da mão

O Meu INSS (meu.inss.gov.br) é o principal canal de serviços do instituto. Desenvolvido pela **Dataprev**, recebe cerca de 71,5 milhões de visitas por mês. Dá acesso online ou por app no celular a mais de 100 serviços, entre pedidos de aposentadorias, salário-maternidade, pensões, Certidão de Tempo de Contribuição e extratos previdenciário e de empréstimo consignado. Também permite simular o tempo necessário para se aposentar e uma estimativa de renda mensal. A solução conta com a atendente virtual Helô, que utiliza Inteligência Artificial para identificar o problema e buscar respostas eficientes para o cidadão.

CadÚnico

Famílias identificadas, precisão nos pagamentos de benefícios

Cadastro Único para Programas Sociais (cadunico.dataprev.gov.br) é utilizado pelo Governo Federal para identificar famílias com necessidade de assistência social (dezenas de programas, entre eles o novo Bolsa Família). A **Dataprev** é responsável por realizar a coleta, guarda e qualificação dos dados, que também mostram ao Estado, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), quem são, como vivem e do que precisam as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade. Os cadastrados no Meu CadÚnico, app desenvolvido pela empresa, podem, por sua vez, consultar seu Número de Identificação Social (NIS), código familiar e situação cadastral, entre outras informações.

CTPS Digital

Informação integrada e online para o trabalhador

Desenvolvida para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um aplicativo que registra os dados trabalhistas e oferece mais de 30 serviços, como informações sobre benefícios, seguro-desemprego, vagas de emprego, abono salarial, entre outros, facilitando o acesso a direitos previstos em lei. Desde 2019, a solução substituiu legalmente o documento em papel, e vale como única exigência nos processos de contratação em empregadores do eSocial.

Gestão da Inovação

Pense, crie, compartilhe, transforme, avalie e inove

Para fazer a gestão da inovação, a **Dataprev** lançou para os órgãos de governo o Ideia X. É uma ferramenta criada para receber, avaliar e tratar ideias inovadoras com transparência e flexibilidade. De fácil gestão, acessível, customizável e gratuita, engaja para promover a inovação no serviço público para beneficiar os cidadãos.

GovCloud

Plataforma de serviços em nuvem para governo

Plataforma de computação em Nuvem para Governo, com capacidade de provimento de serviços nas modalidades: infraestrutura como serviço (IaaS), plataforma como serviço (PaaS) e software como serviço (SaaS). Operada pela **Dataprev**, hospedada em seus data centers com certificação Tier III sob guarda nacional e com soberania da legislação brasileira, a GovCloud oferece agilidade, proteção, segurança e alta disponibilidade na hospedagem de sistemas estratégicos do governo. O portfólio completo inclui soluções para colocation, infraestrutura, automação de serviços no modelo de plataforma digital e monitoramento.

Comprev

Agilidade na compensação previdenciária

O Comprev é uma solução criada para prover um processo único de compensação previdenciária entre os Regimes de Previdência Social, sejam regimes próprios de estados, municípios e de servidores públicos da União (RPPS) ou o regime geral (RGPS/INSS). A solução disponibilizada pela **Dataprev**, na modalidade SaaS (Software as a Service, ou Software como Serviço), tem como escopo de operação os seguintes serviços: tratamento da entrada do requerimento de compensação para aposentadorias e pensões; cálculo da compensação; pagamentos; relatórios gerenciais; revisão e/ou reabertura do requerimento.

Dados como Serviço – DaaS

Negócios integrados à maior base de dados sociais da América Latina

Essa modalidade de serviço permite que órgãos de governo tenham acesso, de forma estruturada, auditável e segura a dados sociais autorizados, em tempo real e sem afetar a performance do ambiente voltado ao cidadão. O público-alvo do DaaS é restrito a entes da Administração Pública Federal, Autárquica e Fundacional, devidamente autorizados, que operam políticas públicas estratégicas para o Estado ou que tenham interesse em acessar e trabalhar com dados sociais de governo, geridos pela **Dataprev**. São APIs para apoiar o desenvolvimento de soluções que melhorem a prestação de serviços ou a execução de políticas.

e-Consignado

Gestão de informações para empréstimos consignados

O e-Consignado permite a gestão da operação de empréstimos consignados que envolvem benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Voltado para instituições financeiras, é exclusivo para beneficiários do INSS.

O escopo de operação do produto consiste em acesso a dados do benefício para apoiar o processo de contratação, mediante autorização expressa do beneficiário; gestão das averbações dos empréstimos; gerenciamento do desconto de parcelas; atualização da folha de pagamento do INSS; atualizações de empréstimos (exclusão, bloqueio, suspensão, quitação, entre outras ocorrências que alteram o escopo original); integração com as instituições financeiras que ofertam os empréstimos e armazenamento de contratos.



REVISTA
DATAPREV
Resultados

Ano 14 • Nº 15

EXPEDIENTE

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Esther Dweck
Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Dataprev

Rodrigo Ortiz Assumpção
Presidente

Alan do Nascimento Santos
Diretor de Relacionamento e Negócios

Antonio Hobmeir Neto
Diretor de Gestão de Infraestrutura de TIC

Flavio Ronison Sampaio
Diretor de Produtos e Soluções

Ricardo Pereira Borges
Diretor de Tecnologia e Operações

Valter Correia da Silva
Diretor de Administração e Pessoas

Conselho de Administração

Rogério Souza Mascarenhas (Presidente)

Alessandro Stefanutto

Miriam Barbuda Fernandes Chaves

Ana Estela Haddad

Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha

Nelson Machado

Dennis Weibert Nunes dos Santos

Conselho Fiscal

Larissa Andrade Mora (Presidente)

Fernando José Alves dos Santos

Luciana de Almeida Toldo

Marcelo Kalume Reis (Suplente)

Revista Dataprev Resultados

Marjorie Bastos
Superintendente de Planejamento Estratégico

Daniella Clark
Coordenadora-Geral de Comunicação Social

Coordenação editorial: **Verônica Couto**

Reportagem e textos: **Daniella Clark**,

Jacqueline Rocha, **Maurício Falavigna** e **Verônica Couto**

Pesquisa e apuração: **Beatriz Arcoverde** e **Rodrigo Bruno**

Projeto gráfico e diagramação: **David Sá**

Capa e infográfico: **Thiago Venturotti**

Apoio operacional: **Douglas Moraes de Souza**

Imagens: Arquivo CGCO, iStock, Getty Images

ISSN 2177-8078 • Licença Creative Atribuição-Uso Não-Comercial

Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil Commons.

Novembro | 2023



O momento de planejar o seu futuro é agora!

Saiba como a Prevdata pode proporcionar uma série de vantagens para você e sua família, no presente e no futuro.

Por que escolher a Prevdata?

- ✔ **A Dataprev investe junto com você**
Deposita o mesmo valor da sua contribuição mensal na sua conta previdenciária.
- ✔ **Sem fins lucrativos**
A Prevdata não visa lucros e, com isso, oferece taxas menores e repassa toda a rentabilidade aos participantes.
- ✔ **Rentabilidade competitiva**
A longo prazo, o resultado é maior que o acumulado por planos oferecidos pelas entidades abertas.
- ✔ **Empréstimo com taxa reduzida**
Uma das menores taxas de juros do mercado para ajudar você a colocar as suas finanças em dia.
- ✔ **Benefícios de risco**
Cobrem imprevistos (auxílio-doença e pensão por morte).
- ✔ **Benefício fiscal**
As contribuições ao plano CV podem ser deduzidas do Imposto de Renda.

Prevdata: a Previdência Privada exclusiva dos funcionários da Dataprev



Saiba como podemos ajudá-lo a construir um futuro financeiro sólido:

- 🌐 www.prevdata.org.br
- ☎ (21) 2112-7676
- ✉ faleconosco@prevdata.org.br



*Resultados no presente,
segurança no futuro.*

Tecnologia que há 49 anos conecta governo e cidadãos

Em 2023, a **Dataprev** chega aos 49 anos e celebra com orgulho sua missão estratégica de lidar com os dados sociais do país. Uma jornada escrita por empregados, clientes e parceiros, que têm papel essencial na transformação digital e na aplicação da tecnologia para facilitar o acesso aos serviços públicos e combater desigualdades.

Em meio a novos desafios e demandas, a **Dataprev** hoje abraça o futuro sem deixar de manter seu compromisso histórico com a sociedade.

Transformação digital, soluções inovadoras



Siga a Dataprev nas redes sociais:

dataprevtecnologia 

dataprev 

dataprev 

dataprev-tecnologia 

dataprevtecnologia 

www.dataprev.gov.br